

política operária

Revista bimensal — outubro de 1962 — ano I N.º 4

Neste número:

- ◆ **Proletariado e desenvolvimento econômico (p. 4)**
- ◆ **Os meninos - prodígio do Pentágono (p. 16)**
- ◆ **Fidel Castro : Ninguém deterá a revolução na América Latina (p. 19)**

Política Operária

S. Paulo, outubro de 1962

Diretor:

Luiz Alberto Dias Lima

Conselho de Redação:

*Gabriel Cohn, R. Rompeu
e Luiz Portes*

Correspondência:

Caixa Postal 21.057 -São
Paulo

*

Av. 13 de Maio, 23 -Sala
922

Rio de Janeiro

Av. Afonso Pena, 323
Sala 7

Belo Horizonte

*Os artigos assinados não
exprimem necessariamente
os pontos de vista de PO-
LÍTICA OPERÁRIA*

Sumário

	<i>págs.</i>
A Crise Brasileira	1
As eleições em São Paulo.....	2
Proletariado e Desenvolvimento Econômico -- Eder Simão Sader	4
A Luta dos Camponeses no Brasil — Paulo Singer.....	7
Novo Impulso para o Movimento Estudantil — Vânia Bambirra	12
CPC: Frente Única Estudantil	14
Os Meninos-Prodígios do Pentágono	16
Fidel Castro- Ninguém deterá a Revolução na América Latina	19
Acumulação Capitalista e Salários — Benedito Helorz Nascimento	24
Para Onde Vai o Proletariado Brasileiro — G.C	27
Reforma Universitária: Questão Política — Emir S. Sader	29
Crítica do Cinema Crítico — T. de S. J.....	31

política operaria

A Crise Brasileira

As contradições que dilaceram a burguesia brasileira atingiram, na segunda metade deste ano, seu ponto crítico, levando as facções políticas que se disputam o poder a intensificar sua luta em torno do plebiscito e, em segundo plano, das reformas de base. Contra um regime parlamentar que facilita a representação dos múltiplos interesses que dividem as classes dominantes, a burguesia industrial propõe a instauração de um poder pessoal — presidencialista ou ditatorial — que lhe permita fazer avançar o capitalismo brasileiro, através das indispensáveis reformas estruturais.

O conflito inter-burguês, que se manifestou espetacularmente com a renúncia do Sr. Jânio Quadros e progrediu à medida que o Sr. João Goulart lutava para aumentar sua influência, gerou crises sucessivas, que diminuíram a irradiação ideológica da burguesia e abriram as comportas para uma radicalização acelerada da consciência das massas. Tal fato implicou, necessariamente, na radicalização correspondente das forças de direita, que, estribadas nos setores mais reacionários da burguesia e do imperialismo, esforçam-se para opor um dique à expansão das esquerdas. A proximidade das eleições acentuou esse processo, deflagrando um dispositivo de pressão para garantir a formação de um Congresso acorde com os interesses da reação através de métodos de corrupção jamais vistos no país e denunciados oficialmente pelo Ministro da Justiça.

O mês de setembro anunciou o desenlace do choque entre os grupos burgueses, com a vitória da facção encabeçada pelo presidente da República.

A recomposição da burguesia em torno no novo esquema de poder importou na reunificação de seus setores e no conseqüente fortalecimento da classe, perante um proletariado cujo nível de consciência e de organização acusa sensíveis progressos. Para consolidar as posições conquistadas, a burguesia ver-se-á então, forçada a estreitar

sua aliança com um dos principais suportes de seu poder — o imperialismo norte-americano — e o fará no momento mesmo em que os Estados Unidos estão dispostos a tudo conceder em troca de uma mudança de posição do Brasil em relação ao problema cubano. A reformulação da "Aliança para o Progresso", anunciada pelo Sr. Afonso Arinos, foi o primeiro passo nesse sentido.

A realidade brasileira e continental está, assim, mostrando a impraticabilidade do chamado "governo nacionalista e democrático", e coloca, antes, como alternativa provável, o estreitamento da aliança entre a burguesia nacional, e o imperialismo, assim como o agravamento da dominação interna e da pressão sobre as massas.

Por outro lado a inflação acelera-se a alta do custo da vida precipita-se e chegam ao término os contratos de trabalho da maioria das categorias proletárias. Torna-se inevitável a intensificação dos movimentos reivindicatórios a partir de outubro, e a burguesia já toma suas precauções, fazendo aprovar, pelo Senado, um projeto de lei de greve fundamentalmente inconstitucional, antipopular e lesivo às prerrogativas sindicais.

O processo social brasileiro encaminha-se para uma nova etapa, em que a opressão burguesa será ainda mais odiosa, agravando as dificuldades que enfrenta a classe operária e reprimindo violentamente seus esforços para superá-las.

Mais do que nunca, portanto, é necessário que a classe operária, preparando-se para os dias difíceis que a esperam, reforce a sua organização e se disponha a sustentar uma ação efetiva em favor de suas reivindicações e de seus direitos.

E' preciso que a classe operária defina claramente os seus objetivos e desenvolva uma política independente, libertando-

As eleições em S. Paulo

A campanha eleitoral em São Paulo expressou, de um modo bastante claro, as várias tendências das classes dominantes e, mesmo, as tendências existentes entre as Esquerdas. Daí a grande importância que assume para a situação nacional em crise o resultado do processo eleitoral nesse Estado. Se concordarmos em que a divergência nas classes dominantes sobre as reformas de base se refere a várias perspectivas, que têm todas em comum o fato de visarem a "estabilização do regime", então São Paulo apresentará a polemica entre três tipos de solução burguesa.

Guardando-nos da insuficiência de qualquer esquema demais rígido, poderemos entretanto definir a solução José Bonifácio como uma política de racionalização do poder e de reformas capitalistas suportáveis para a manutenção da aliança latifúndio-finanças-indústria. Mas, diferente de Jango, os homens de Carvalho Pinto pregam as reformas sem apelar para as massas, resguardando-se assim de uma radicalização temida justamente. O que afinal não impediu o apoio janguista a JB, além de apoio do porta-voz do nacionalismo "O Semanário", e paginas inteiras de propaganda em forma redatorial na "esquerdista" "Última Hora". Sobre o pensamento de JB, diz bem ele mesmo no folheto sobre a Revisão Agrária: "Só derrotaremos uma reforma do tipo comunista através de uma revisão agrária democrática de nossa estrutu-

se de uma vez por todas de suas vinculações inconseqüentes com a facção burguesa dirigida pelo presidente da República, a qual como era de se esperar, na última crise traiu mais uma vez seu aliado momentâneo»-utilizando-o como simples instrumento de manobra tendo em vista a conquista de seus objetivos políticos próprios, que nada tem a ver com os objetivos de classe do proletariado brasileiro.

ra agrária. Aos erros de uma revolução não devemos opor vestígios de colonialismo; à mentira dos demagogos, cumpre-nos oferecer a verdade da democracia cristã." Essa fórmula milagrosa da democracia cristã, que reúne reformas e manutenção do regime é a responsável pela união entre o "Estadão" e o "Semanário", e que tem como base eleitoral, os tradicionais udenistas, a classe media conservadora, o funcionalismo, a "aristocracia operaria" e, principalmente, através da maquina estatal (que trabalhou espantosa e escandalosamente), o eleitorado ganhável por intermédio da compra dos prefeitos interioranos.

Ademar representou o esquema mais reacionário e ultrapassado de todos. Ciente de que apenas o velho populismo paternalista já não encontra hoje o mesmo apoio social, ele procurou complementar seu antigo estilo com uma base ideológica desse líder paternalista só poderia ser um conglomerado de teses conservadoras contra a inflação, de defesa dos cafeicultores etc. Todos os setores mais conscientes da burguesia sentem que esse não é, efetivamente, um programa de governo viável hoje em dia.

Foi Jânio quem mais procurou jogar, com o descontentamento popular. Buscou apoio na grande burguesia apresentando-se a ela como o único homem capaz de promover as reformas necessárias e de contentar as massas, mistificando-as. Foi apoiado por largos setores das classes trabalhadoras justamente porque - fez a critica da atual situação. Mas justamente aproveitou a falta de

consciência da massa para não precisar definir bem no que consiste sua crítica, deixando-a em termos vagos e dúbios. E tudo que mostrou de concreto foi sempre algo que pudesse aproximá-lo da burguesia. Assim, seu programa de governo é mera continuação do Plano de Ação de Carvalho Pinto, que ele tanto elogiou. Da mesma forma, um de seus slogans de propaganda pedia mais autoridade para o governo. . .

A velha teoria empirista que dedara ser "melhor errar com as massas do que acertar sem elas" apareceu como o principal argumento dos setores da Esquerda que apoiaram a candidatura de Jânio, dizendo ainda ser ele o "mal menor". Assim, como o ex-presidente capitalizou o descontentamento popular, julgou-se que a participação de esquerdistas em sua campanha poderia servir para radicalizá-la e, futuramente, canalizar o eleitorado janista para as organizações revolucionárias. Esqueceu-se assim que o próprio fato da campanha janista ter tido por base a inconsciência da massa e sua desorganização (que lhe permitiu os slogans vazios de conteúdo) permite que a substituição de JQ possa ser feita por qualquer outro líder messiânico, o que vem acontecendo sucessivamente em nossa história. Para isso contribuirá, inclusive, o fato de a Esquerda não ter feito sua tarefa, que é a de preparar a organização e a consciência dos trabalhadores tendo em vista a tomada do poder e construção do socialismo.

A candidatura de Cid Franco nasceu da tentativa lançada, pelo PSB, de promo-

ver uma campanha liderada por uma Frente de Esquerdas que fizesse propaganda, agitação e organização em torno de um programa socialista que transcendesse o episódio eleitoral. O atual estado de fraqueza numérica, inexperiência tática e falta de unidade dos agrupamentos revolucionários, não permitiu que a campanha ganhasse mais amplos setores da população trabalhadora. Dinamizada por um grupo restrito de jovens voluntários, a campanha viveu das pichações, comícios em porta de fábrica e panfletos distribuídos, além do apoio que recebeu de um número razoável de militantes sindicais. Se essa situação pode ser vista como um grande fracasso do ponto de vista eleitoral, ela marca um grande avanço do ponto de vista revolucionário. Pois se o número de aderentes foi ridículo tendo-se em vista as eleições, não o foi absolutamente se considerarmos que a participação desses elementos numa campanha de caráter revolucionário marcou um engajamento que ultrapassa o dia das eleições. O fato, ainda, da candidatura, apesar de todas suas limitações, ter tentado seriamente pela primeira vez em São Paulo uma frente de esquerdas em termos revolucionários, ter reunido em torno de si parcelas mais avançadas de militantes sindicais e estudantis, ter desmoralizado cúpulas burocratizadas que até hoje namoram com JQ ou JB, demonstra toda a carga positiva que carregou a candidatura Cid Franco.

Proletariado e Desenvolvimento Econômico

Procuraremos apontar as linhas gerais da evolução do movimento operário brasileiro relacionando-o ao desenvolvimento econômico da sociedade global. Chegaremos, assim, à atual fase com uma certa compreensão dos problemas específicos do operariado brasileiro, suas instituições, sua experiência de classe, etc. Por fim serão apontadas as perspectivas atuais do movimento operário no todo social em crise e as tarefas que aí cabem à Vanguarda Revolucionária.

—000—

Podemos distinguir, na história das relações entre patrões e operários no Brasil, três fases que, de modo geral correspondem também a três estágios do processo de industrialização por que passamos.

A primeira fase vem desde o fim do século passado, terminando com o estabelecimento do governo de Vargas. Neste período verificam-se os primeiros surtos da indústria, reduzidos e dispersos, com capitais excedentes provindos da agricultura. Além de reduzidas numericamente, as indústrias se concentravam nos setores de economia leve e suplementar.

Eis alguns números ilustrativos:

<i>Anos</i>	<i>N.º de Estab. Inds.</i>	
1839	600	
1907	3.258	
1920	13.336	
		<i>N.º de Ops.</i>
		<i>Setores Princ.</i>
		1.º têxtil (60%)
		2.º alim. (15%)
150.841		
		1.º têxtil
		2.º alim.
275.512		
		1.º alim. (40%)
		2.º têxtil

A sociedade brasileira ainda era predominantemente agrária e o peso específico do operariado era diminuto. Entretanto, o sindicalismo da época se caracteriza por suas intenções revolucionárias, por sua inconformidade aos padrões sociais vigentes e por movimentos reivindicatórios de vulto, de que a greve geral de 1917 em São Paulo é um exemplo. À frente dos sindicatos estavam anarquistas, socialistas e posteriormente comunistas. Os sindicatos achavam-se completamente desvinculados do Estado e baseavam-se na militância voluntária de seus membros, sendo então freqüentes as violências policiais contra sua sede e seus associados.

Como explicar que numa sociedade que ainda não atingi-

ra um grau razoável de desenvolvimento capitalista industrial florescesse um sindicalismo revolucionário?

A nosso ver a compreensão do fato está ligada ao entendimento do sistema político de então e da experiência de classe de operários e burgueses. Estando o poder político nas mãos da classe dos latifundiários, o aparelho estatal não previa qualquer espécie de enquadramento dos problemas operários. E não possuíam, nem latifundiários nem o diminuto número de dirigentes industriais, experiências de relações com os trabalhadores, e de crises sociais de processo de industrialização. Ao lado dessa impossibilidade, por parte das classes dominantes, de enfrentar eficientemente as questões sociais, o proletariado tinha por líderes elementos vindos da Europa com um passado de militância operária, com posições políticas formuladas através da longa luta que o proletariado europeu sustentara contra suas burguesias locais.

Assim, embora o Brasil ainda não houvesse chegado a um razoável desenvolvimento do capitalismo industrial, a luta de classes entre operários e burgueses atingiu aspectos críticos nesta primeira fase. Se por um lado não tínhamos as premissas econômicas amadu-

recidas, por outro a inadequação do aparelho político faz dessa fase uma arena combativa na qual o operariado obrigou as classes dominantes a dar-lhe um lugar na qual. o operariado obrigou as classes dominantes a dar-lhe um lugar no quadro das instituições públicas e a ceder ante suas principais reivindicações.

—000—

As crises políticas e econômicas por que passou o país por volta da década de 1900 demonstravam a incapacidade da economia substancialmente agrícola em manter o país, como também a incapacidade de seus representantes para dirigirem isolados a vida política da nação.

A revolução de 30 traz para o poder político a nascente burguesia industrial e as classes médias urbanas, que vêm fazer companhia aos latifundiários. O governo de Getúlio procurará solucionar dois problemas: o da falta de capitais para a industrialização e o da falta de um aparelho que resolvesse com poucos atritos as questões operárias. A inflação e os auxílios estatais carregam recursos para outro lado, Getúlio oferece aos trabalhadores uma arma de dois gumes: a sua Legislação Trabalhista que, ao mesmo tempo em que aprova e legaliza algumas das principais reivindicações imediatas do operariado oito horas de trabalho, estabilidade no emprego, regularização do trabalho de mulheres e crianças, etc. também enquadra os sindicatos no aparelho estatal, oferecendo-lhes possibilidades de grandes recursos financeiros (imposto sindical), mas vinculando-os ao Estado (intervenções ministeriais, congelamentos do Fundo Social Sindical).

O desenvolvimento de um poder político que se capacita-

va para canalizar por vias legais as reivindicações trabalhistas e que se preparava para acumular recursos para a industrialização, foi a premissa básica lançada por Vargas para o aparecimento de uma sociedade industrial capitalista.

Ao contrário da primeira fase do movimento operário, caracterizada pela violência, ilegalidade e revolucionarismo de vanguarda, o sindicalismo criado pela Legislação Trabalhista vai amortecer as lutas operárias e fazer com que não tivéssemos, de 37 até por volta de 50, qualquer movimento trabalhista de monta. Pois o governo esmaga a antiga liderança operária, substituindo-a pelos seus homens de confiança. O operariado, que começa a crescer com o desenvolvimento industrial, vem em sua grande maioria do campo, o que facilita a sua adaptação ao aparelho sindical paternalista.

A primeira fase correspondia ao momento pré-industrial, de aparelho político não preparado para tal e de lutas operárias não institucionalizadas. A segunda fase corresponde à constituição de um aparelho político preparado para levar a efeito a industrialização do país. Finalmente, a terceira fase, que abrange a última década, corresponde ao grande surto industrial por que passamos.

Eis alguns números sobre o crescimento industrial:

Anos	N.º de Firms	N.º de Operários
1920	13.336	275.512
1940	49.418	781.185
1950	89.086	1.256.807

Cresce, por outro lado, a concentração na região ' sudeste (São Paulo, Guanabara, Minas, Rio, Espírito Santo, Bahia), onde diminuem percentualmente as unidades de

produção mas aumenta o número de operários:

Região Sudeste

	% das firmas totais do país	% do n.º de oper. do país
1920	55,6%	64 %
1950	52,8%	67,2%

Neste último período, pois, o desenvolvimento industrial provoca modificações estruturais em nossa economia e conflitos trabalhistas importantes. São lançadas definitivamente as bases de uma economia pesada e de base, e que virá solicitar o aumento do mercado de consumo e mais altas inversões de capital, para subsistir. O grande progresso econômico atingido pelo país, devido à carência de recursos, se fez às custas de inversões imperialistas — o que acaba por provocar dependência econômica e sangria de capitais — e das inflações, que fizeram recair os sacrifícios da industrialização sobre os assalariados.

O boletim do DINESE aponta os seguintes índices sobre a participação operária nos frutos do desenvolvimento:

	lucro bruto da produção	salário real
1955	100	100
1956	134	107
1957	138	113
1958	175	118
1959	176	115

Onde a exploração é mais brutal, entretanto, é no campo. Porque grande parte do capital acumulado na agricultura é carregado para a indústria, onde há maior rentabilidade. Fica, assim, atrasado o setor rural e miseráveis suas populações. Enquanto de 1951 a 1958 o salário mínimo real cresceu de 100%, o salário médio real de enxada cresceu de 15%. Daí a necessidade de uma reforma agrária para criar um mercado de consumo no campo.

Mas a burguesia não é capaz de resolver estes problemas. Não é capaz de resolver o problema da carência de capitais por estar integrada no sistema imperialista. Não é capaz de promover a reforma agrária por suas vinculações com o latifúndio, por medo do comunismo, pela ineficiência do sistema de partilha de terras, já que a grande propriedade coletiva da terra é inexequível para a burguesia. Não é capaz de aumentar o nível de vida da população porque sua acumulação de capitais só é feita à base da inflação que gera a carestia.

Neste contexto sócio-econômico que nos mostra as crises geradas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, qual é a posição do movimento operário?

Nós vimos que os sindicatos criados pelo Estado Novo sob inspiração da "Carta dei Lávoro" de Mussolini tinham por finalidade justamente apelegar o movimento operário, docilizá-lo, legalizá-lo, para facilitar o processo de industrialização. E

por um bom tempo a burguesia conseguiu o seu intento. Isto porque o radicalismo operário daquela fase não correspondia verdadeiramente a uma crise no âmago da estrutura. Apenas o aparelho político não previa um sistema para canalizar legalmente as reivindicações operárias.

Hoje, o desenvolvimento de uma sociedade industrial, ao agravar o problema da carestia, ao se integrar no sistema imperialista mundial, ao criar um grande e concentrado operariado, faz com que o apelegamento da classe trabalhadora se torne cada vez mais difícil. Os índices de crescimento de sindicalização mostram que é nos setores de mais fácil construção que mais cresce o número de operários associados.

	<i>índice de Crescimento</i>	
	<i>Metalúrgicos</i>	<i>Constr. Civil</i>
1936-40	100	104
41-45	552	104
46-50	985	102
51-55	3.262	90
56-60	3.171	119

Temos, então, na década de 50, uma intensificação das lutas operárias e consequentemente a formação de uma nova vanguarda que vai substituindo a velha peleagem. Mas, mesmo essa intensificação de lutas se dá dentro do nível do reformismo. As reivindicações ou são meramente econômicas ou, se políticas, são de apoio ao nacionalismo da burguesia industrial.

Entretanto, a partir de 61, a crise estrutural do país desencadeia uma crise política que traz à tona as contradições do regime situação que ainda permanece. Por isso as próprias reivindicações econômicas acabam por ganhar um caráter político, como p. ex., a greve pelo 13.o salário. É preciso, pois, que se forje uma vanguarda operária revolucionária capaz de captar o anseio rebelde do campesinato para a Aliança Operário-Camponesa no caminho do socialismo e de liderar as massas urbanas nesse sentido.

Eder Simão Sales

A Luta dos Camponeses no Brasil

As lutas camponesas, no Brasil, sofreram nos últimos anos uma transformação qualitativa cujas conseqüências para o nosso desenvolvimento histórico são ainda difíceis de aquilatar. Até há pouco tempo, a revolta do camponês brasileiro contra as espantosas condições de miséria em que é obrigado a viver se manifestava sob forma de "fugas". Ou ele fugia para dentro de si mesmo, para um mundo além do mundo real, encontrando consolo num misticismo primitivo que deu nascimento à figura clássica do "beato" ou ele fugia efetivamente do meio rural, procurando na cidade melhores condições de vida. Ambas as fugas revelaram-se válvulas de escape valiosas para proporcionar estabilidade ao sistema de exploração do trabalho agrícola que está na raiz da miséria do camponês. Hoje a revolta do camponês não se encaminha mais para o além, nem o encaminha mais para cidade. Hoje o camponês não quer mais fugir da miséria perdendo os vínculos com a terra, mas pelo contrário, reforçando estes vínculos, isto é, tornando-se proprietário da terra que cultiva. A questão da propriedade da terra se colocou, afinal, no centro da questão agrária.

DADOS

A luta do camponês pela propriedade da terra assume formas agudas em certos lugares, existindo porém, em forma latente onde quer que tenha sobrevivido o latifúndio colonial. Examinemos inicialmente a primeira forma.

O censo de 1940 foi o primeiro a assinalar a existência desta figura muito significativa de nossa estrutura agrária: o ocupante, isto é, o posseiro, o homem que ocupa, que se apossa de um pedaço de terra do qual não possui título de propriedade. O censo de 1940 registra 109.000 posseiros; em 1950, foram recenseados 208.000, embora seja provável que o seu número seja até maior. Isto porque o posseiro é realmente o pioneiro do nosso mundo agrário. É ele que estende a "fronteira" agrícola por esse Brasil afora, ocupando terras devolutas ou ainda não exploradas pelos seus proprietários "legítimos". Por isso, não é de se esperar que o recenseamento tenha alcançado a totalidade e talvez nem mesmo a maioria dos posseiros existentes.

O POSSEIRO

O posseiro ocupa geralmente uma área que não tem acesso ao mercado, pois se não fosse assim já estaria sendo explorada. Desta maneira, o que ele planta e cria é para o seu próprio consumo e para o de sua família. Constitui a chamada economia natural. Vive pobremente, utilizando-se de poucos artigos manufaturados, fabricando parte deles diretamente e parte comprando, em idas esporádicas ao mercado onde, de vez em quando, vende uma peça de criação ou de cultura, para comprar algo de que necessita. Seus contatos com o mercado são aleatórios e não condicionam sua atividade econômica. Subitamente ele é alcançado pelo "progresso" que se irradia a partir da cidade. O governo constrói uma estrada e o coloca em comunicação com o mercado. Afora ele pode se inserir na grande divisão social do trabalho, vender seus produtos e com o dinheiro adquirir bens industriais em maior quantidade e de melhor qualidade, em comparação com os que obtinha de sua pobre indústria doméstica.

Mas, o que pareceria ser uma bênção para o posseiro acaba se revelando uma maldição para ele. Porque agora a sua terra pode proporcionar renda. No regime capitalista, a propriedade particular da terra, isto é, de um meio de produção não reproduzível, que não pode ser multiplicado à vontade, constitui um verdadeiro monopólio dando lugar a uma renda de monopólio, isto é, à renda da terra. Que mesmo num país de tanta terra como é o Brasil, não é nada da desprezível, muito pelo contrário. A renda da terra chega a absorver mais da metade do produto bruto da terra, em algumas regiões do país. Isto acontece porque somente as terras que estão enquadradas na economia de mercado proporcionam renda e estas constituem uma parcela pequena das terras do país.

PREÇO

No momento em que a terra do posseiro se liga ao mercado e pode dar renda, ela passa a ter um preço. Pois o preço da terra é nada mais que a renda capitalizada a uma taxa próxima à taxa de juros. E então vem à cena o "grileiro", cuja aparição marca a passagem do posseiro da economia natural para a economia de mercado. Segundo a legislação, a terra devoluta pertence aos Estados, que dentro de certas normas, podem aliená-la a quem o governador desejar. O governador recompensa com títulos de propriedade favores políticos ou outros e então vai o grileiro perante os tribunais exigir a posse de terra que outros já cultivam há anos, muitas vezes há gerações. Ou então, o grileiro simplesmente forja os títulos, suborna o cartório ou o juiz. De qualquer forma, ele obtém a ajuda do Estado (embora não deixe de recorrer a capangas também) para expulsar de suas terras o posseiro "beneficiado" pela abertura de estradas. (Um posseiro de Juquiá perguntou uma vez se não seria o caso de dinamitarem, êle e seus companheiros de infortúnio, a estrada, causa imediata da perda de suas posses).

GRILO

O grilo não é coisa nova no Brasil. Nova é a resistência organizada, capaz de repercutir politicamente, que o posseiro opõe, hoje em dia, ao grilo. Esta resistência só se pode explicar pelo nível mais elevado que as lutas populares alcançaram no Brasil, pelo maior grau de organização do proletariado urbano, que transborda para o campo oferecendo aos posseiros cobertura política, assistência jurídica e auxílio material. Especificamente, a luta dos posseiros contra o grilo, que chega à resistência armada muitas vezes, só pode se explicar pelo maior nível de consciência e organização do conjunto das massas camponesas, cujas causas mais profundas examinaremos adiante.

- Em 1955 os posseiros de Amaro Leite, em Goiás, formaram uma Associação, sob **cuja** direção lutaram contra os grileiros. Enfrentaram de armas na mão, polícia e capangas e foram vitoriosos, conservando suas terras. Hoje há na região libertada do grilo nada menos de 10.000 posseiros, 2.000 dos quais organizados em Associação de lavradores. Este exemplo mostra que hoje já há condições para o posseiro resistir ao despojamento de sua terra, desde que êle consiga atingir determinado grau de unidade de ação.

- Mais recentemente em Cachoeiras do Macaco, no Estado do Rio, posseiros organizados e armados prenderam alguns grileiros e organizaram um julgamento popular no qual participaram todos os membros das famílias de posseiros. Os grileiros foram soltos sem que tenham sido objeto de mau trato, mas indubitavelmente desmoralizados. Este episódio demonstra elevada consciência política dos posseiros, que até o momento resistem em suas terras.

CONFLITOS

Nestes conflitos duas figuras clássicas da agricultura subdesenvolvida se defrontam: o posseiro e o grileiro. São os entrechoques violentos (em que se manifesta a resistência armada do camponês) que decorrem do avanço da "fronteira" da agricultura comercial por áreas que eram exploradas apenas em economia de subsistência. São em essência os conflitos acarretados pela forma capitalista que nosso desenvolvimento assume. Mas se a dinâmica do sistema dá lugar a contradições que desembocam em lutas violentas, a sua estática, cria as condições para uma exploração social — até agora quase só latente — de dimensões muito mais extensas. Antes de tudo é preciso observar que as relações de produção no campo se apresentam numa variedade desnordeante que dá, à primeira vista, à luta camponesa o aspecto de uma série de episódios locais, esparsos e sem ligação entre si.

PARCERIA

Sob o nome de "parceria" se apresenta uma série de situações que só têm de comum o fato de que o produtor — o parceiro — entrega uma parte do seu produto in natura ao proprietário da terra. Em alguns lugares esta parte, que constitui a renda da terra, representa um quarto da colheita (a "quarta") ou um terço (a "terça"). Nestes casos o proprietário cede ao parceiro apenas a terra e, talvez, algumas benfeitorias. A formação da cultura, a partir do amanho da terra, com todos elementos materiais que ela exige (sementes, adubos, instrumentos de trabalho etc), têm que ser fornecidos pelo parceiro. Em outros lugares, no entanto, a cultura é formada pelo proprietário que a entrega pronta para a

exploração ao parceiro. E' o caso dos cafezais no Paraná e em São Paulo. A parte que o proprietário recebe da colheita atinge então 50% (a "meia") e mesmo dois terços. E' preciso considerar que este pagamento ao proprietário constitui não apenas renda da terra mas também lucro sobre o capital — a cultura — que o proprietário entregou ao parceiro.

COLONATO

Se formos examinar o "colonato" veremos que sob este conceito também se ocultam relações de produção que não são idênticas. O colonato é, em essência, um regime de trabalho assalariado, em que uma parte do salário é paga em dinheiro e a outra em bens de consumo: casa uso de uma pequena área para cultura ou criação do colono etc. Em muitos casos o pagamento em dinheiro é apenas nominal; os colonos são obrigados a fazer suas compras no "armazém" da fazenda e no fim do mês resgatam apenas os vales ficando geralmente endividados, o que os impede de deixar a fazenda se o quiserem.

CAPITALISMO

Ao lado destas formas de parceria e de colonato se encontram na agricultura relações de produção caracteristicamente capitalistas, de arrendamento e de salariado e ainda formas híbridas em que por exemplo, a renda da terra é fixa (elemento capitalista) porém, paga in natura, (elemento pré-capitalista), ou em que o salário é efetivamente pago em dinheiro (elemento capitalista), mas o empregado mora na fazenda sendo-lhe descontadas casa e comida (elemento pré-capitalista).

A confusão, no entanto, é apenas aparente. Para se poder aprender a dinâmica da luta de classe no nosso mundo rural é preciso apenas distinguir entre os dois tipos fundamentais de relações de produção: o tipo "capitalista" e o tipo "pré-capitalista".

O tipo capitalista é o que torna "livre" o trabalhador agrícola, livre no duplo sentido de despojado dos meios de produção e livre para poder oferecer sua força de trabalho onde ela alcançar melhor preço. O trabalhador de uma moderna fazenda capitalista não possui quaisquer instrumento de trabalho e muito menos o meio de produção fundamental para a agricultura, ou seja, a terra. Ele vive pela alienação da única mercadoria que ele possui, isto é, que ele "produz" ao viver: a sua capacidade física e mental de trabalhar. Como ele não está preso à fazenda por dividas ou por laços sociais extra-economicos ele pode oferecer sua força de trabalho onde quer

que paguem mais por ela. Deste modo, sua situação, no fundo, é idêntica à do trabalhador da indústria e sua luta é, em seus aspectos básicos, semelhante à do proletariado urbano, objetivando, a curto prazo, melhorar suas condições de trabalho e obter melhor remuneração pela sua força de trabalho e a longo prazo obter o controle coletivo dos meios de produção, o que equivale dizer substituir as atuais relações de produção capitalista por outras do tipo socialista. As relações de produção capitalista penetraram na agricultura brasileira em diversos pontos: na cafeicultura de algumas regiões de São Paulo e do Paraná, na rizicultura e triticultura gaúchas, nas culturas de cana de Pernambuco etc. Mas é indubitável que a grande maioria do nosso mundo agrário ainda está submetido a relações de produção pré-capitalistas.

Estas relações se caracterizam pelo fato de que não deixam "livre" o trabalhador agrícola em nenhum dos dois sentidos acima mencionados. No latifúndio tradicional o parceiro, agregado ou colono evidentemente não possui a terra e muitas vezes nem mesmo os parques instrumentos de trabalho de que se utiliza. Mas ele se acha ligado aos meios de produção por laços sociais de caráter extra-econômico. Ele freqüentemente nasceu na fazenda e seus antepassados já cultivaram a terra que se encontra sob seus cuidados. Suas relações com o fazendeiro transcendem a esfera da produção: o "homem" é muitas vezes padrinho dos filhos do trabalhador, é seu chefe político, ao qual deve fidelidade e lealdade pessoais e do qual espera proteção e auxílio nos momentos de necessidade. A terra não lhe é uma coisa estranha, como é a máquina para o operário. E' o seu chão, seu lar, ao qual êle acha que tem direito, enquanto cumpre suas obrigações. Uma das conseqüências desta situação é que o trabalhador não se acha em condições de oferecer sua força de trabalho onde melhor pagam por ela. De um lado porque se abandonasse a fazenda perderia os "direitos" que pensa ter adquirido. De outro porque deve favores e também, freqüentemente, porque tem dividas com o fazendeiro que não pode saldar.

Estas relações pré-capitalistas possuem notável estabilidade, desde que não sejam perturbadas por fatores externos. Nossa agricultura se fundamenta nelas desde a decadência da escravidão, nos meados do século passado. Mas a penetração do capitalismo na agricultura tem um efeito dissolvente sobre estas relações, abrindo um período de transformações e de crise que constitui a base para a extensão da luta de classes a um mundo antes fechado em si e aparentemente imune às mudanças sociais.

A economia "pré-capitalista" ou "colonial", que plasma a nossa tradicional estrutura agrária, é identificada erroneamente com o sistema feudal, que vigorou na Europa durante a Idade Média, na medida em que no sistema feudal apenas uma parcela mínima da produção se destinava à troca, ao passo que na economia colonial (que subsiste, mesmo depois que o país deixou de ser colônia, até nossos dias) a parte "principal" da produção se destina ao mercado. Principal não porque fosse a maior parte, mas porque era a produção que conduzia o empreendimento e condicionava sua vida. Uma fazenda de café podia produzir leite e queijo, frutas e cereais: se o café não dava bem, ela tinha que ser abandonada. A cultura comercial é a cultura "nobre"; as restantes, meios de produzir a primeira. A cultura comercial dá ao mais-produto extraído do trabalho camponês a possibilidade de se transformar em equivalente geral, em dinheiro, dando à riqueza do seu dono o caráter móvel de "capital".

ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO

Mas, a estrutura agrária colonial tem por berço a economia de exportação; a cultura comercializada se destina ao mercado externo, quase exclusivamente. Foi o caso do açúcar; é o do cacau e do café. No mercado mundial a concorrência se faz muito mais entre países do que entre produtores individuais. Cada país procura aumentar ao máximo sua exportação e consequentemente protege a produção destinada ao mercado externo. Subvenciona-se diretamente ou lhe garante preços mínimos. Isto é ainda feito com maior vigor em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, em que toda economia depende da exportação.

O desenvolvimento pelo qual o Brasil vem passando, significa, para a agricultura, a substituição do mercado externo pelo interno, como destino de sua produção comercializada. A industrialização — forma pela qual se dá o desenvolvimento — amplia os mercados, urbanos, que passam a solicitar alimentos à agricultura. As indústrias em expansão (a da fiação e tecelagem, p. ex.), necessitam quantidades crescentes de matérias primas vegetais. A agricultura é obrigada a fornecê-las. Em seguida cada vez maior a importação passa a ser, não mais de bens consumidos pela população do campo, mas de produtos, destinados à indústria nacional e esta passa a produzir o que antes era importado. De que maneira pode a agricultura abastecer-se de produtos manufaturados? Passando a oferecer seus produtos no mercado interno.

Esta transformação, acarretada pelo desenvolvimento, pela qual passa a agricultura brasileira, é muito mais profunda que a mudança geográfica do escoadouro de sua produção.

NOVA SITUAÇÃO

O mercado interno de produtos agrícolas é concorrencial; nele a agricultura como um todo não pode ser protegida, pois o seria em detrimento da indústria, cujo peso específico no processo de desenvolvimento é muito maior que o da agricultura. A velha estrutura agrária precisará se adaptar a uma nova situação. Antigamente apenas um produto — o café, o cacau ou o açúcar — era mercadoria. As culturas restantes eram base de subsistência para a produção daquele. Agora, porém, qualquer produto é potencialmente mercadoria, isto é, pode ser vendido no mercado interno. Até a mandioca e o milho, culturas de pouca importância, destinadas ao sustento do trabalhador agrícola, passam a ser produzidas comercialmente, encontram preço, isto é, há gente disposta a pagar por eles, do bom e do sonante. Até há pouco, o sustento do trabalhador era considerado quase gratuito pelo patrão: plantando seu próprio alimento ou criando algumas peças, em qualquer pedaço de chão impróprio para o cultivo do produto-rei, o caboclo quase nada "custava" ao fazendeiro. Agora as coisas mudam de aspecto. Qualquer encosta onde dá milho pode produzir "renda". O feijão plantado entre os pés de café também. O mesmo se dá com a mandioca, e com as demais culturas de subsistência.

Por outro lado, o mercado interno é mais instável. Uma boa colheita de um produto faz baixar seu preço e isto pode significar a ruína para muitos. Se o produto escasseia, o preço sobe, proporcionando pingues lucros, que podem agora ser invertidos na indústria. A riqueza não se conta agora apenas por léguas de terra, mas em propriedade móvel, em "capital". Quem se adapta à nova situação, fica fazendeiro-industrial e bilionário; quem não se adapta vira quatrocentão arruinado e funcionário público. Tudo isto vai revolucionar o sistema de exploração do camponês, e fazer explodir a velha estrutura colonial da agricultura. O parceiro será expulso da terra e substituído pelo arrendatário capitalista, que transforma as lavours em pastagens e emprega assalariados. O colono receberá cada vez menos terra para seu próprio sustento, devendo comprar as coisas, com seu minguado salário, no armazém. Os contratos, de parceria — onde subsistem — se fazem cada vez mais estritos: o parceiro não pode mais plantar entre os pés de café, tem que seguir à risca o plano de produção

do proprietário. A máquina substituiu o braço humano, criando o desemprego rural, até o ponto em que os salários estão tão aviltados que é mais barato empregar uma família de “volantes” que uma ceifadeira. Acima de tudo, o trabalhador agrícola perde a estabilidade na fazenda e os laços que o prendem à terra: ele é reduzido a uma máquina produtora de mais valia. Neste momento a opressão do sistema antigo se soma a do novo sistema de exploração: o trabalhador agrícola é reduzido à mesma condição de operário industrial, sem mesmo ter os míseros direitos que a legislação trabalhista assegura a este, sem ter um sindicato que o defenda, sem ter a independência política e social que lhe permita fazer valer seus direitos. E neste ponto, ele se revolta.

VANGUARDA

O processo que descrevemos já se encontra razoavelmente adiantado em todo país. Ele é responsável pelo que nossa imprensa “respeitável” chama de “inquietação social no campo”. O camponês reage à perda dos seus direitos adquiridos (embora não registrados em lei) e à

redução do seu já baixo nível de vida, reivindicando a posse da terra. Nisto se encontra o caráter revolucionário do movimento camponês, tal qual ele se apresenta em nosso país. O operário, quando vai à greve por aumento de salário, reclama uma redistribuição do produto social; mas ele não afeta com isso, o sistema de relações de produção: salários maiores são sempre salários. O sistema de exploração — embora talvez atenuado persiste. O camponês não tem meios de atenuar a exploração. Ou ele continua na terra ou se deixa expulsar. Se continua contra a vontade do latifundiário, tem que se tornar dono dela. Se se deixa expulsar, torna-se um pária social. Não há escapatória. Mas ao lutar pela *terra*, toca o camponês no sistema de relações de produção. Ele não reivindica, como o operário, apenas melhor remuneração pelo seu trabalho, mas a posse dos meios de produção. Daí este acontecimento de inegável alcance histórico: a mudança social mais espezinhada, mais explorada, mais submissa, transforma-se subitamente, na vanguarda da luta pela mudança do sistema social.

PAULO SINGER

Novo Impulso para o Movimento Estudantil

A decisão adotada no dia 10 de agosto último, de paralisar a greve estudantil iniciada há dois meses atrás e que visava conseguir a participação de 1/3 nos órgãos de direção das Universidades, constituiu-se em um retrocesso, mas também poderá constituir um avanço para o movimento estudantil. Nosso objetivo é analisar as causas desse retrocesso e as novas perspectivas que se abrem a partir de agora para o avanço da tomada de consciência dos estudantes.

CARÁTER DAS DIREÇÕES ESTUDANTIS

O problema inicial que se coloca para uma análise das direções estudantis é o problema das relações destas com suas bases. Acreditamos que estas direções se apresentam como cúpulas, considerando: 1) que sua liderança não reflete o pensamento da grande maioria dos estudantes devido à decolagem entre as recentes tomadas de posição das entidades que tem um caráter já bastante avançado do ponto de vista político e a falta de politização generalizadas de vastos setores

universitários. Tal desnível agravou-se na medida em que a liderança estudantil assumia posições que correspondiam mais à perspectiva de alguns grupos de esquerda com presença menos ou mais destacada dentro da correlação de forças da sociedade brasileira, do que às posições especificamente estudantis; 2) além disso, que a liderança, por estar afastada de suas bases, não promove com estas um diálogo indispensável à democratização e ao avanço da consciência estudantil. O que assistimos são os congressos nacionais ou os seminários regionais, nos quais comparece um número restrito de estudantes e nas quais as decisões são tomadas, oficializadas e divulgadas sem que os assuntos sejam previamente debatidos em cada escola. Isso tem como consequência que a liderança estudantil é obrigada a lançar mão de processos nem sempre legítimos para manter suas posições: os "conchavos", os acordos e as "queimações" já são uma tradição no movimento estudantil.

A consequência mais grave, porém, de tudo isso, aparece

quando as entidades estudantis, manipuladas por líderes que estão mais vinculados a grupos ou organizações não estudantis, resolvem lançar para o movimento estudantil palavras de ordem que por não terem um conteúdo bem definido transformam-se em "slogans" incapazes de mobilizar os mais amplos setores universitários e muito menos a opinião pública. As greves, muitas vezes, são iniciadas mas não são mantidas porque a classe estudantil como tal não sabe definir para si mesma o caráter de tais greves.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Do ponto de vista do processo revolucionário brasileiro, à primeira vista as sucessivas tomadas de posição das lideranças estudantis têm constituído um avanço, pelo caráter radical das bandeiras que levantam como a aliança operário, a luta contra o imperialismo e o latifúndio, a defesa de Cuba, as reformas de base etc. Mas é preciso levar em conta que nem

sempre as posições mais radicais são os mais eficazes do ponto de vista revolucionário. A eficácia de uma posição se mede pela capacidade de politização e mobilização que ela revela. Enquanto tais posições permaneceram, pois, como posições de cúpula, enquanto elas não conseguirem arrastar a grande maioria dos estudantes, elas terão apenas contribuído para agitar problemas importantes, sem, contudo, preparar os quadros necessários para equacioná-los através de soluções práticas e definitivas.

AS INICIATIVAS DAS CÚPULAS

Cabe perguntar agora até que ponto as mais recentes iniciativas de caráter político das cúpulas estudantis têm sido efetivamente um instrumento revolucionário.

Vejamos, por exemplo, a "aliança operário - estudantil-camponesa". Sua concretização significaria um grande avanço para a revolução brasileira. Mas essa aliança está longe de ter sido efetivamente realizada. Ao que se saiba, nenhuma entidade estudantil se propôs até agora a atuar, por exemplo, na formação de "Ligas Camponesas", nem tão pouco nos sindicatos. Nenhum plano de aproximação entre os estudantes e as classes oprimidas foi até agora posto em execução. Tudo indica, aliás, que esses planos nem mesmo existem.

O Congresso Nacional da Aliança Operário - Estudantil-Camponesa, proposto pela UNE, até hoje não foi realizado e, ao que se saiba, não sairá se depender dos estudantes. Não há dúvida que muitos estudantes têm estado bastante presentes no movimento operário e muitos deles estão de fato empenhados no trabalho camponês. Mas isso só se verifica quando esses estudan-

tes pertencem a organizações políticas não estudantis ou são por elas recrutados. Não foram nem mesmo cogitados, até agora, cursos de politização para operários e camponeses, que facilmente poderiam ser planejados pelas entidades estudantis.

No que diz respeito à luta "antiimperialista e por um governo nacionalista e democrático", acreditamos que essa luta não foi conduzida até agora da forma mais conseqüente. Em geral ela vem se limitando a um ou outro artigo sobre o assunto, a algumas declarações esparsas dos presidentes de entidades e aos inflamados discursos dos congressos estudantis. Dois fatores poderiam explicar essa inconseqüência. Em primeiro lugar, a idéia errônea de que na atual etapa do desenvolvimento da sociedade brasileira a luta anti-imperialista deve se fazer em uma frente única com a burguesia nacional, deixando de ser uma luta popular liderada pela classe operaria e pelo campesinato. Tal concepção tem como conseqüência o reboquismo à burguesia, o que transfere para esta o controle do movimento, tal como ficou patente na greve estudantil, na medida em que Jango e seus aliados procuraram se servir da mesma, para desfechar um golpe branco, o que acarretou a suspensão repentina do movimento pela UNE.

Em segundo lugar, na medida em que se luta por um governo nacionalista e democrático e não por um regime socialista, a tendência natural é a de se subestimar as tarefas de organização da luta, a politização e a participação das massas. Os métodos adotados resumem-se então nos conchavos e nos acordos de cúpula. Podemos mesmo concluir que o caráter dessa luta entra em choque com a luta pela aliança

operário - estudantil - camponesa. Esta só será efetivada realmente quando as lideranças atuais do movimento de esquerda se convencerem de que estão erradas ou quando surgir uma nova vanguarda capaz de conduzir as grandes massas para o único caminho: o da luta pelo socialismo.

Outra iniciativa das cúpulas que adquiriu uma certa importância foi a constituição do Centro Popular de Cultura (CPC). Sua finalidade é a aproximação do povo, com o objetivo de politizá-lo através do teatro, do cinema, musica etc. O CPC, porém, não conseguiu até agora ser tão bem sucedido quanto o poderia e deveria ser. E isso em virtude de dois fatores: a mensagem reformista que leva para as massas e o fato de permanecer restrito apenas a um pequeno grupo de estudantes. Desta forma o CPC torna-se mais um instrumento de barganha das cúpulas, quando, ao contrário, poderia ser um instrumento efetivo de politização das classes populares, na medida em que tivesse um conteúdo mais revolucionário, e, além disso, num instrumento de politização para os próprios estudantes, se êle estivesse aberto à participação de todos os universitários através de concursos de peças teatrais, canções etc.

Uma iniciativa das mais interessantes foi a "UNE Volante". Contudo, ela partiu de um pressuposto falso, qual seja, o de levar às bases os programas, os objetivos e as realizações de cuja elaboração essas mesmas bases não haviam participado. Na prática a coisa se agravou, pois em quase todos os Estados a "UNE Volante" não passou de inflamados discursos, alguns filmes e peças interessantes — além de outras completamente alienadas — algumas canções anti-impe-

lialistas e, no mais confraternizações com autoridades e nenhum contato com o operariado, o que, aliás, estava programado. Para não falarmos no fato de que grande parte dos, estudantes nem sequer sabiam o que era a "UNE Volante".

Quanto à "reforma universitária", outra das bandeiras levantadas pelas lideranças, não há dúvida que ela tem sido o tema mais propalado ultimamente ao lado de outros como a democratização do ensino, a vinculação das universidades à realidade e etc. Mas, de fato, o que vem a ser "reforma universitária" para o estudantado? A maioria dos estudantes será capaz de definir o que entende por RU? Por acaso esse assunto tão sério já foi discutido na maioria das faculdades? Estas perguntas a liderança estudantil deveria colocar para si mesma, pois não há luta sem objetivo, sem mobilização, sem convicção. A cúpula estudantil não pode querer democratizar um sistema universi-

tário arcaico, enquanto ela estiver lutando sozinha e enquanto ela não conseguir sensibilizar as bases por meio de um diálogo democrático, enquanto ela não deixar de exercer o papel de cúpula e passar a ser vanguarda. Do contrário, ela poderá continuar promovendo congressos de RU, decretando greves insustentáveis e escrevendo artigos sobre o assunto, pois nada disso contribuirá sequer para abalar a superfície das ruínas da universidade brasileira.

—oOo—

Tentamos analisar rapidamente as recentes posições e realizações de movimento estudantil. Acreditamos ter conseguido sistematizar alguns problemas que devem ser levados em conta pelos dirigentes estudantis. Acreditamos ser necessário que as críticas sejam feitas de maneira clara e honesta, pois do contrário a reação organizada, que dispõe de amplos meios de divulgação, continuará a se aproveitar do maior erro de nossas cúpulas:

a falta; de coragem e o medo de perder o poder que as. leva a procurarem "tapar o sol com a peneira" sob a racionalização de que nem sempre é tácito «fizer a verdade.

Acreditamos que só há um «aminho pelo qual o movimento estudantil estará de fato contribuindo para o avanço do processo revolucionário brasileiro. Este caminho é a democratização do movimento estudantil na direção das entidades estudantis. Que nenhuma definição de posição, política seja tomada antes de estar gravada na consciência, da grande maioria do estudantado brasileiro. E' preciso acabar com as cúpulas, os conchavos, os "slogans" vindos de cima para baixo e substituí-los por uma vanguarda, cujas palavras de ordem sejam cumpridas determinando o avanço incontido do processo de tomada de consciência objetiva dos vastos setores universitários para a liquidação de toda a estrutura sobre a qual está assentada a universidade burguesa.

Vânia Bambilra

CPC : frente única estudantil

O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes surgiu da necessidade de dotar o movimento político brasileiro de um órgão de cultura voltado para as massas. Como tudo mais na sociedade burguesa, a cultura é controlada pela classe dominante, que a usa como coisa de sua propriedade, minando a consciência de classe dos trabalhadores. Através do cinema, teatro, literatu-

ra, música e artes plásticas, o CPC procura varar o cerco da arte burguesa em torno da mentalidade popular, contribuindo para habilitá-lo a reconhecer seus problemas e buscar suas próprias soluções.

O CPC, no seio do movimento estudantil é uma autêntica manifestação de frente única de esquerda. Entre seus militantes estão representados todos os setores que têm uma

contribuição a dar ao movimento popular brasileiro, desde os comunistas aos católicos de esquerda e aos marxistas independentes.

REALIZAÇÕES

O setor de cinema da organização, que já conta com realizações concretas em seu ativo, apesar de ter apenas cinco ou seis meses de existência • efetiva, realizou a película



"5 Vezes Favela

"Cinco Vezes Favela", que aborda, de um ponto de vista popular, o problema das favelas cariocas. O filme foi concebido de maneira aberta, dirigido a todas as camadas populares de modo a atingir a atingir o maior público possível. Não é um filme-comício, ou um filme de propaganda política. É, antes de tudo, uma obra de arte autêntica, porque não despreza, antes incorpora, a consciência de que a arte, para sobreviver e crescer, deve aproximar-se do povo, refletindo seus problemas e suas aspirações. O filme está fadado a alcançar um grande sucesso entre o público brasileiro e mesmo internacional, porque não restringe sua mensagem: ela é acessível a todos os setores da sociedade que não estão comprometidos com o regime de exploração. A diferença entre "Cinco Vezes Favela" e os demais filmes do gênero é que não apresenta a favela por seu pitoresco ou exotismo, mas a sua realidade material e social.

Sendo um filme aberto, que não aponta uma solução específica para o problema que enfoca, "Cinco Vezes Favela" busca dar uma contribuição positiva à consciência das massas, pois a apresentação realística

do problema sé estimula à ação conseqüente, sem esperar por soluções fictícias, demagógicas, oferecidas por políticos manhosos ou organizações alheias ao âmbito popular.

TEATRO

O setor de teatro tem levado, em sindicatos da Guanabara e do Estado do Rio, uma peça que aborda o problema da necessidade da união da classe num momento da ação concreta, que é a greve. A peça "Eles Não Usam Black-Tie", do jovem dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri, mostra os motivos que levam um operário a trair seus companheiros e a tornar-se alvo do seu merecido repúdio.

Em manifestações populares de praça pública naqueles dois Estados o CPC tem apresenta-a peça política de Eduardo Guennes, "Cuba Si", que reflete a solidariedade dos povos da América Latina em torno da revolução socialista de Cuba. "Cuba Si" ridiculariza os países que, na conferência de Punta del Este, curvaram-se ante a vontade do imperialismo norte-americano, e dá relevo à atuação dos países que, pressionados pelo apoio popular ao regime revolucionário cubano, adotaram uma posição

mais digna, de respeito aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos.

O setor de teatro do CPC preparou um espetáculo com várias peças curtas, cada uma abordando e expondo um aspecto da espoliação imperialista de que são vítimas os povos subdesenvolvidos, na América Latina, Ásia e África. Essa peça é também apresentada nas ruas e sindicatos, e possivelmente integrará o repertório do teatro que o CPC está planejando, a funcionar num circo.

CIRCO

O circo terá cerca de dois mil lugares, o que possibilitará um preço baixíssimo por ingresso. Enquanto um teatro pequeno-burguês cobra 250 e até 300 cruzeiros por entrada, o circo do CPC cobrará apenas 50. O trabalhador terá, assim, oportunidade de assistir a espetáculos de bom nível artístico, com temas de seu interesse .

ARTE POPULAR

Em todas as suas realizações — no campo do teatro e cinema, que já estão em fase de execução objetiva, e nos outros setores, ainda em planejamento — o CPC busca inspirar-se nas fontes populares, para encontrar uma expressão artística ligada às verdadeiras fontes da cultura brasileira. Longe de produzir obras intelectualizadas, para consumo de uma minoria que teve tempo e meios de preparar-se, o CPC procura recursos na arte popular, a fim de comunicar-se o mais intimamente possível com o maior público imaginável. Suas obras, inspiradas nas fontes populares, procuram contribuir para que a cultura deixe de ser artigo de consumo de uma minoria privilegiada e se liberte da prisão em que a mantém a classe dominante.

Não obstante a agudização aparente da luta que Kennedy trava contra a ala mais reacionária do Partido Republicano e certos plutocratas obscurantistas da Wall Street, o mês de setembro decorreu, todo ele, nos Estados Unidos, sob o signo das mais radiosas esperanças. Os presságios sombrios que povoavam de idéias desesperadas as mentes do cidadão comum de Omaha ou de Topeka foram varridos para longe, cedendo o lugar a uma alegria quase infantil e a um sentimento de extraordinária segurança. O pesadelo da guerra tornou-se, de uma semana para outra, uma recordação perdida nas brumas da memória. E por que? Porque ninguém mais admite a hipótese da guerra? Não. O que se passa no país do dólar é que, quase instantaneamente, todos principiaram a acreditar na capacidade que os Estados Unidos têm agora de desencadear e concluir vitoriosamente a guerra quando e como quiserem. As razões desse estado psicológico são conhecidas pelos que lêem a imprensa norte-americana. O fato é que, oficialmente, a tese do "missile gap", isto é, da inferioridade em foguetes, foi substituída pela novíssima tese de que os States são, atualmente, pelo menos "quatro vezes mais fortes" do que a União Soviética. Tanto bastou para que uma espécie de euforia guerreira substituísse a psicose coletiva que havia permitido aos construtores de abrigos anti-atômicos individuais e familiares ganhar centenas de milhões de dólares...

Num país como os Estados Unidos, onde qualquer grande campanha que mobilize os

Os meninos — prodi

ENTHOVEN

BROWN

ROWEN



'Eles são jovens, intelectuais, agressivos e fazer

meios de informação, exerce um efeito imediato e imenso no estado de espírito das massas, a atual teve conseqüências fulminantes. O velho complexo de inferioridade morreu e das suas cinzas nasceu um complexo de superioridade, para satisfação e tranqüilidade de um pequeno grupo de jovens gênios do Pentágono, a quem cabe a responsabilidade da brusca mudança da mentalidade do ianque médio.

TRUCULÊNCIA

Até que ponto encontra justificação na realidade dos fatos a convicção norte-americana de que o equilíbrio de armamentos se rompeu a seu favor? Não possuímos o menor

elemento que permita uma resposta à pergunta. De qualquer modo, o importante é que, com base numa pretensa superioridade militar que teria sido reconquistada, os Estados Unidos modificaram nos últimos meses toda a linha da sua política exterior. A nova estratégia do Pentágono situa-se nas antípodas da anterior. Ninguém mais ousa falar de "dissuadir" o adversário. Agora, a idéia em voga, glosada em todos os

tons pelos jornais é outra. E' o verbo "prevenir" o mais con-

jugado. E não constitui segredo para ninguém que essa exdruçula idéia da "prevenção" já abriu caminho até à Casa Branca. Numa entrevista sensacional concedida ao colunista J. Alsop, e publicada no "Saturday Evening Post" o presidente Kennedy não escondia recentemente a sua impressão de que os EUA não deviam ser apenas suficientemente fortes para esmagar a URSS se esta lançasse um ataque nuclear. Em sua opinião o adversário faria bem perguntando a si próprio se os EUA não desencadeariam o primeiro ataque nuclear "no caso de verem ameaçados os seus interesses vitais. A gravidade dessa declaração suscitou um imediato pedido de esclarecimento por parte da União Soviética. Mas a resposta norte-americana não foi mais tranqüilizadora. O State Department explicou que os Estados Unidos "poderiam ser forçados a responder com meios atômicos se a URSS desencadeasse ela própria uma guerra com armas convencionais". A nota norte-americana, aliás apenas teve o condão de irritar ainda mais os meios militares soviéticos. A nova definição de "interesses vitais", no entender do marechal Malino-

gio do Pentágono

ROWEI

PECK

YARMOLINSKY



agressivos e fazem muitas perguntas" ("Time" — 3/8/62)

vski, só veio agravar a provocação do presidente ianque.

GENERAIS

A evolução dos acontecimentos, nos meses de julho e agosto, confirmou amplamente a preocupação que a virada norte-americana causara em todo o mundo. O primeiro gesto "estranho" foi a nomeação do general Lemnitzer para o cargo de comandante das Forças norte americanas na Europa. Fizera-se um grande barulho em torno da saída do general Lauris Norstad louvando-se a firmeza presidencial, uma vez que aquela alta patente se tornara suspeita pela aceitação das teses atômicas de De Gaulle. Vejamos, porém, quem o foi substituir. O principal orgulho do general Lemnitzer é o fato de ter presidido o comitê dos chefes de estado-maior no momento da invasão-cubana. Em outras palavras: e um militar que aprovou e incentivou a malograda invasão de Playa Giron. De outro lado, o Sr. Kiesing, porta-voz do chanceler Adenauer, logo que foi conhecida a nomeação, apressou-se a declarar que o general Lemnitzer era uma escolha felicíssima, pois estava "de acordo em todos os pontos com os eu-

ropeus", ao contrario de outros generais americanos que defendem o emprego de armas nucleares "apenas no caso de um ataque nuclear direto da U.R. S.S.". Só por si, a euforia do dr. Adenauer é elucidativa daquilo que se pode esperar de um homem como o general Lemnitzer...

Os últimos meses vieram dissipar as ultimas duvidas que ainda podiam subsistir em certos espíritos ingênuos acerca dos perigos da nova estratégia norte-americana. No Sudeste asiático o reforço do dispositivo militar

ianque é impressionante. As provocações sucedem-se às provocações, especialmente nas zonas de atrito do Vietnam e do Laos. O Sião é hoje um país ocupado, e a sua transformação em base de operações para uma demorada guerra de tipo clássico é demasiado evidente para que alguém possa ignorá-la. Não menos sintomática é a série ininterrupta de provocações a que o alto-comando norte-americano se vem entregando na Alemanha. A intenção de suscitar um gesto de impaciência da URSS transparece de atitudes como a fanfarronada de fazer atravessar o território da RDA por comboios militares sem avisar previamente as autoridades

des soviéticas para o fornecimento da escolta. E como só tudo isso não bastasse, acabam os Estados Unidos de oferecer à opinião mundial a prova iniludível das suas disposições belicosas. O grotesco e abjeto arremedo de bombardeamento naval a que recentemente foi submetida Havana constitui uma demonstração definitiva da nova política de agressividade dos Estados Unidos. O Departamento de Estado, em nota divulgada a respeito, não escondeu sequer as suas simpatias pelos autores do covarde atentado. E seria ocioso perguntar onde foram os contra-revolucionários cubanos desencantar armas pesadas e duas lanchas, uma das quais torpedeira. A hipocrisia ianque, que antes se disfarçava atrás de palavras como "dissuasão", exhibe-se agora à luz do dia. A máscara cai.

QUE PRETENDEM?

Que pretendem afinal os Estados Unidos? Quaisquer que sejam as dificuldades experimentadas pela União Soviética na gigantesca tarefa da transformação em comunista de uma sociedade socialista ainda imperfeita e inquinada pelos vícios e seqüelas do stalinismo, uma coisa parece certa aos homens do "brain-trust" de Kennedy: a coexistência e a competição pacíficas entre o capitalismo e o comunismo acarretará inevitavelmente o desaparecimento do primeiro. Espíritos lúcidos não se iludem — como os medíocres agentes (Io imperialismo no Brasil — com a imensidão dos problemas que a China enfrenta, com a pretensa miséria da Republica Democrática Alemã, com as con-

seqüências de uma má colheita da Uzbequistão ou na Ucrânia. Quando encaram o mundo socialista, sentem-se, pelo contrario, profundamente pessimistas. O que se passou na URSS nos últimos anos em todos os domínios, do econômico ao ideológico, o que se passa hoje em países como a Polônia, no

campo da cultura e em experiências e debates que enriquecem o marxismo-leninismo, abriu os olhos a esses homens. Eles sabem que o capitalismo pode ainda sobreviver por tempo indeterminado nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, e na maioria das democracias burguesas da Europa, o mesmo acontecendo na Austrália, no Canadá e na Nova Zelândia. Mas sabem, também, que, no resto do mundo, naqueles países que são terreno de competição, a batalha contra o socialismo será irremediavelmente perdida num curto prazo, desde que sejam os respectivos povos a decidir. As relações dos Estados Unidos e dos seus aliados com todas essas noções, são a expressão de uma política imperialista. De um imperialismo que, do lado mais forte, pode apresentar disfarces, mas permanecerá sempre inalterado na sua essência espoliativa.

SURGEM OS GÊNIOS

Dai a mudança que acaba de se operar na estratégia norte-americana. Os assessores de Kennedy, façamos justiça ao moço presidente, são homens sem teias de aranha na cabeça. Comparados com Foster Dulles e Dean Acheson, intelectuais do porte de Schlesinger, Walt Whitman, Rostow, Chester Bowles são verdadeiros gênios. Não alimentam ilu-

sões sobre as conseqüências últimas do Mercado Comum Europeu para a supremacia norte-americana, estão certos do malogro irremediável da política de captação das nações neutralistas e, melhor do que ninguém, sabem a que destino está votada a "Aliança para o Progresso".

Estamos, agora, assistindo às primeiras amostras daquilo a que nos pode, a todos, conduzir essa "lucidez". Os homens de confiança de Kennedy conceberam a nova estratégia — «ma estratégia agressiva, tornada indispensável com o desfazer das ilusões em torno da coexistência pacífica. Faltava, porém, dar uma estrutura, uma base militar a essa nova estratégia. Era preciso ouvir os especialistas, os profissionais da guerra. Foi então que uma autêntica revolução abalou as paredes espessas do Pentágono. Dela emergiram cinco geniozinhos conhecidos pela designação de "The Pentagon's whiz kids", que em português equivale a qualquer coisa como "os meninos prodígio do Pentágono". Esses cinco gênios são hoje os conselheiros de confiança do sr. McNamara, secretário de Estado para a Defesa. Não foi muito difícil aos ardorosos "whiz kids" provar a senectude das antigas concepções dullianas. O desastre cubano provava, só por si, a incapacidade dos "velhos". Uma conclusão se impunha: a estratégia da dissuasão era, militarmente, rígida e fraca. Importava dotar os Estados Unidos com outra, dúctil e forte. O que, traduzido em linguagem de coronéis, significa que os Estados Unidos tendo (pelo menos na opinião dos responsáveis) conquistado provisoriamente a superioridade em armas nucleares precisam urgentemente de aumentar o seu poderio numérico e técnico em armas convencionais para enfrentarem em cada país e imediatamente "cada ameaça co-

munista". Essa é a essência da doutrina McNamara. Reforço de todas as posições mantidas pelos Estados Unidos, aumento dos efetivos aliados na Europa e, principalmente, da Bundeswehr. A presença do general Maxwell Taylor, por muitos considerado um "bonzinho", à frente do Comitê dos Chefes de Estado Maiores Americanos é um anúncio dos perigos que ameaçam a paz mundial. O general é um partidário intransigente da guerra clássica. Sempre sustentou que um conflito atômico era impossível e que por isso a ciência militar continuava nas páginas de Clausewitz. Hoje, Kennedy e McNamara já não se riem dele. Chamam-no. O mais provável é que uma guerra principie "por acidente" na Europa, no Sudeste asiático ou em qualquer parte do mundo. Em Berlim, por exemplo. Nesse caso, os Estados Unidos não empregariam, pelo menos de início suas poderosas armas nucleares contra a URSS. Procurariam circunscrever a luta geograficamente. Nem sequer recorreriam a armas atômicas táticas. *Apenas a armas clássicas!*

A declaração de Kennedy a Joseph Alsop referida no início deste comentário parece contradizer o que afirmamos. Na realidade, o aspecto essencial das afirmações do presidente ianque é o que se refere à intenção da iniciativa do ataque e não ao modo de o concretizar. O que fica de pé é a provocação, o aviso de que os Estados Unidos conservam as mãos livres para, sob o pretexto mais conveniente, desencadear a guerra. E isso porque a era do "missile-gap" pertence ao passado. É o próprio complexo de superioridade nuclear que hoje inebria os norte-americanos. Voltaram aos "belos tempos de guerra da Coréia". Gabam-se os técnicos ianques que as suas explosões nucleares a grande

altitude desorganizam completamente o sistema de detecção soviético. Esse complexo de superioridade criou já na população norte-americana um sentimento de tranqüilidade propício aos designs do Pentágono. Não é a idéia da guerra que preocupa o cidadão comum. Qualquer guerra, desde que se processe longe das fronteiras do país, deixa o homem da rua indiferente. O que o aterra é a possibilidade de um ataque nuclear aos Estados Unidos, à cidade em que vive. Ora, a guerra, garantem-lhe que tal possibilidade desapareceu. Uma pequena guerra vitoriosa no exterior lisonjearia mesmo o seu orgulho ferido pela existência em Cuba, às portas dos Estados Unidos, de um regime que, a seus olhos, personifica tudo o que de pior possa existir no mundo...

Compreende-se assim a satisfação com que o sr. McNamara se entrega aos seus planos bélicos. A idéia de uma guerra clássica obceca-o. Os cinco meninos prodígio do Pentágono já lhe garantiram que a superioridade nuclear americana é tal que não há perigo de alastramento do conflito. Só que os mesmos cinco geniozinhos defendem também a tese de que, em caso de extrema necessidade, a força termonuclear americana poderia eventualmente ser empregada contra os aeroportos e bases militares do inimigo, pois este, dada a sua inferioridade, jamais atacaria cidades americanas, com receio de represálias...

Esta é, nas suas linhas gerais, a nova estratégia do imperialismo americano. Da sua elaboração participaram Kennedy, o seu "brain trust" McNamara e os cinco "whiz kids" do Pentágono. Seu executor mais provável na primeira etapa, será o general Maxwell Taylor, para quem a arte da guerra se bebe em Clausewitz...

FIDEL CASTRO:



Ninguém deterá a Revolução na América Latina

A entrevista do primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, que é (agora divulgada pela primeira vez, foi concedida a uma delegação brasileira em visita a Cuba no último dia 31 de julho de 1962. Nela encontramos um lúcido testemunho a respeito da extraordinária experiência da •construção do socialismo, que se verifica pela primeira vez na América Latina a apenas 150 km das costas norte-americanas. Esse testemunho se reveste de particular importância no momento em que a histeria anticomunista se alastra por todo o continente na exata proporção em que se torna cada vez mais patente o malogro da "Aliança Para o Progresso e no momento em que o Pentágono começa a por em prática sua nova estratégia — vide "Os Meninos-Prodígio do Pentágono", à pág. 16 — formulando novas ameaças de invasão contra a ilha de Cuba.

— Desejo falar a vocês sobre Ano da Planificação que estamos levando a cabo. O trabalho anda regular, não podemos dizer que ande bem. No primeiro esforço que fizemos nesse sentido esbarramos com uma falta de dados estatísticos exatos. Além disso, havia muito subjetivismo, muita teoria e pouco realismo. Havia muitos planos idealistas e poucos planos realistas. Foi um ano de aprendizagem, digamos assim. Agora estamos trabalhando em bases mais realistas, com mais experiências, formando quadros em planificação. Nos primeiros anos pensávamos que o desenvolvimento econômico do país não teria um ritmo tão intenso como o que ocorre na realidade.

Estamos criando condições para um desenvolvimento mais rápido ainda no futuro. Esse desenvolvimento não só depende dos recursos materiais como de quadros técnicos. Depende também das condições políticas de cada dia e das reações do povo que tem cada vez mais consciência revolucionária, demonstrando maior capacidade de trabalho. À medida em que o governo revolucionário vai adquirindo mais experiência, adota os métodos adequados para superar as debilidades. Adotamos certas normas de trabalho, garantia de rendimento, produtividade, melhor organização e melhor utilização dos nossos recursos. Vamos nos adaptando às novas condições criadas no transcurso da revolução, vamos preparando quadros técnicos e podemos dizer que, nesse terreno, estamos nos adiantando extraordinariamente.

Quando tivermos técnicos de alto nível trabalhando na planificação alcançaremos melhores resultados. Por ora temos sérias deficiências. Nestes primeiros anos não devemos ser muito ambiciosos. Deveríamos trabalhar em ritmo menor, pre-

parando condições econômicas e políticas que nos permitiriam alcançar o ritmo de desenvolvimento desejado sem grandes sacrifícios. Devemos ser realistas, devemos ver em que sentido podemos avançar mais e depois, com mais experiência, marcharemos mais rapidamente. Cometemos erros, mas só deixaremos de cometê-los na medida em que adquirirmos mais experiência. Não podemos alcançar um desenvolvimento muito grande sem uma base real a respeito dos recursos de que dispomos, da distribuição desses recursos e levando em conta as necessidades do povo. Parece-nos que é esta a melhor política.

Qual é a situação de Cuba em relação aos recursos minerais, em relação a matérias primas?

Estamos em processo de pesquisas, de investigações intensas. Estamos recebendo a ajuda de técnicos soviéticos. Temos petróleo, níquel, cromo, ferro, manganês etc. Temos muitas possibilidades nesses ramos. Há também boas possibilidades de desenvolvimento da siderurgia em nosso país. Temos falta de carvão mas esse problema também será resolvido. Há muitos países que não tem recursos naturais e, apesar disso, tem grandes indústrias. A riqueza de uma nação está no povo. O progresso de um país depende da capacidade técnica de seu povo. O simples fato de um país ter recursos minerais não resolve os seus problemas, só o homem pode aproveitá-los convenientemente e desenvolver infinitamente esses recursos.

Um programa de industrialização exige muitos requisitos, estudos minuciosos, projetos, recursos materiais, técnicos etc. e isso tudo consome muito tempo, anos mesmo. Vejamos o que ocorre com a cons-

trução de casas, com o problema de alojamentos para todos os fins: aproveitamos os quartéis, os edifícios e casas que pertenciam à burguesia, usamos todos os recursos, além de estarmos levando avante um movimento impressionante de edificação. Procuramos ser práticos, tendo em vista o desenvolvimento rápido do país.

Aí temos de enfrentar também o problema da falta de técnicos. Muitas vezes não dispomos de um engenheiro para projetar uma fábrica. Estamos impulsionando a formação de professores, engenheiros, médicos, técnicos agrícolas, mecânicos, administradores até de pescadores. Uma das frentes em que nos empenhamos é a da pesca em alto grau. Estamos organizando escolas de pesca. Cuba é uma ilha que até há pouco vivia indiferente ao mar. Há riquezas imensas a conquistar ao mar. O Japão, por exemplo, é um país que subsiste graças ao mar. Ali há pouco ferro e outros recursos minerais. No entanto, o Japão produz 6 milhões de toneladas de pescado ao ano. Os coreanos do norte também produzem milhões de toneladas. Em Cuba produzimos 70 milhões de libras por ano mas pensamos chegar a 700 milhões, isto é, um aumento de dez vezes no mesmo período.

Uma das primeiras coisas que se evidenciam numa revolução como a nossa em que todo o povo trabalha, é o aumento do poder aquisitivo. A demanda de artigos de consumo, sobretudo de alimentos, é muito grande. O consumo de trigo, por exemplo, aumentou, no ano passado em 50%. Ainda não sabemos exatamente qual o limite do consumo de carne, aves etc. À proporção que se resolve o problema do desemprego aumenta o problema da demanda de produtos de toda a espécie. Os camponeses querem créditos, compram produtos que antes não compro-



“A riqueza de uma nação está no povo”

vam. Surge daí o problema do racionamento. A respeito das filas de que tanto se fala, quero dizer que vi, há dias, uma fila de dois quarteirões para entrar num cinema, coisa que antes, não ocorria. Dessas filas os nossos inimigos não falam. A verdade é que o poder aquisitivo é superior à produção, considerando-se todos os aumentos havidos. Esse aumento do poder aquisitivo cria demandas incalculáveis. Não sabemos, por exemplo, de quantos teatros e cinemas precisamos agora. O povo participa de espetáculos, festas, praias, etc, dos quais antes estava afastado. As escolas também abriram amplas perspectivas ao povo, o ensino é gratuito em todos os níveis.

Como encara a participação dos sindicatos cubanos na revolução?

Essa participação já progrediu muito, mas temos ainda muitas debilidades. Há um esforço grande dos dirigentes sindicais mas ainda não estamos satisfeitos. Muitos não compreendem qual é o papel dos sindicatos nesta fase da revolução. A função de um sindicato no capitalismo e totalmente diferente da função que deve ter no socialismo, quando aos sindicatos se impõe a

tarefa de elevar a produtividade do trabalho e apoiar a revolução. Mas temos tido grandes avanços, a massa operária já vai compreendendo isso vai adquirindo consciência do seu papel.

Sentimos falta de quadros nesse setor mas quadros não se improvisam. Houve erros da parte dos quadros sindicais devido à política equivocada que era seguida, devido ao sectarismo.

Havia uma política de sacrificar a organização de massa se ela não tinha boa administração. Mais vale uma administração deficiente numa organização de massa poderosa que uma organização eficiente numa organização fraca. A força da revolução está nas organizações de massa e nas organizações partidárias. Não se deve ter o culto da administração pública. Esse culto ao espírito administrativo redundou em detrimento das organizações de massa. O trabalho sindical é dos mais úteis à revolução, embora seja dos mais sacrificados. Os quadros políticos não devem substituir esse trabalho. Quando se sacrificar uma organização de massa é porque se está subestimando o seu papel.

Estamos elevando o conceito dos quadros políticos de

massa. Todos os problemas estão intimamente ligados com as massas. O racionamento, por exemplo: na distribuição que fazemos hoje, em Cuba, prevemos um litro de leite para cada criança. Nenhum outro país latino-americano pode fazer isso agora. Cada criança tem 3/4 de libras de carne por semana. A alimentação das crianças está garantida. Tivemos uma seca grande e certas debilidades, certas falhas na organização e na planificação de artigos de fácil produção. Desde que nos empenhamos seriamente nos planos e no controle desses planos, podemos estar tranquilos a respeito disso. Já sabemos qual a quantidade de gado, peixes, aves etc. de que necessitamos. Já temos cifras que nos permitem controlar a produção e a distribuição.

Como se encontra agora o problema da construção de casas? Houve erros fundamentais na construção de casas coletivas e individuais?

O problema da construção de casas, o problema da habitação é sério em todo o mundo. Não encontraremos, aqui também, a solução completa nestes primeiros anos da revolução. Procuramos reduzir os preços dos aluguéis e construir o maior número possível de casas. Nesse terreno estamos limitados devido à carência de indústrias de base. Não se pode construir mais quando não se tem cimento, artigos sanitários etc. em número suficiente. Estamos obtendo o máximo nas indústrias básicas. A solução definitiva do problema de habitação só agora se está alcançando na URSS que dispõe de produção em massa de artigos pré-fabricados. A demanda nesse setor é crescente e constante e a solução não pode ser alcançada em poucos anos.

Não se pode destinar grandes recursos a um só setor

quando há prioridade em outros setores. Todas essas necessidades são resultado do desenvolvimento. Estamos fazendo dez mil casas para camponeses, por ano. Temos construído casas bonitas e confortáveis, mas teremos de sacrificar um pouco esse aspecto para poder construir mais. Pensamos resolver esse problema em dez anos. Faremos um tipo de casas mais modestas.

A nossa primeira preocupação é atender a todos e depois melhorar o conforto e a qualidade. Num regime revolucionário, que tem um governo para as massas, é preciso produzir e construir para as massas. O capitalismo constrói para uma minoria e pode construir com luxo. A revolução deve construir para as massas e deixar o luxo para depois, embora não descuidemos da qualidade. Os Estados Unidos, país que vive da concorrência capitalista, produzem todos os anos modelos novos de automóveis e caminhões. A União Soviética não modifica muito os seus modelos, preocupando-se em produzir maior quantidade. No capitalismo dez indivíduos comem língua de faisão mas no socialismo dá-se comida para todos, embora simples.

Há dias esteve aqui um avião soviético TU-114, de linhas perfeitas, bonito, cômodo, parecia um trem com asas. Isso quer dizer que a URSS já chegou a um ponto de desenvolvimento em que pode produzir aviões TU-114 que nada ficam a dever às melhores produções do capitalismo. Na URSS estão sendo fabricados 26 milhões de relógios por ano. Isso arruinou a produção capitalista nesse ramo. Os países socialistas produzem, agora, em massa, objetos que antes eram considerados um luxo.

Até que ponto, teoricamente, a burguesia progressista pode participar da luta anti-imperia-

lista nos países subdesenvolvidos? Está de acordo com o ponto de vista exposto, recentemente, em Montevidéu, pelo companheiro Blas Roca, de que só a classe operária pode dirigir a revolução?

Não há esquema fixo sobre esse assunto. Precisamos sempre fazer uma análise dialética da situação. Em cada momento os acontecimentos são diferentes. Na Guatemala, por exemplo, as coisas se passaram de maneira diferente que em Cuba. Se nós tivéssemos obtido vitória em 1953, no assalto a Moncada, estaríamos hoje vivendo outro momento. As nossas metas seriam outras. De 1953 a 1959 transcorreram os anos, houve grandes mudanças de qualidade na situação internacional, na correlação mundial de forças, nas possibilidades de vitória.

Esses reflexos se fazem sentir na África, na Ásia, em cada país. O que pode ser certo em um momento, pode não ser certo em outro. Há muitas fórmulas teóricas, mas é preciso saber aplicar essas fórmulas: em certos casos dão resultados positivos e em outros não. É preciso analisar cada momento e cada caso especial.

É preciso interpretar o momento histórico com espírito dialético. Atualmente é uma realidade a possibilidade do desenvolvimento, por via socialista, dos países subdesenvolvidos. É cada vez menos lógico pensar no desenvolvimento econômico por via capitalista. É um fato provado a possibilidade de poupar etapas. A URSS alcançou o seu desenvolvimento industrial por via socialista. A Tchecoslováquia já era um país economicamente desenvolvido quando houve ali a revolução socialista. As classes dominantes também tomam atitudes diferentes em consonância com o momento. As classes dominantes têm cons-

ciência da verdade histórica do momento presente: a possibilidade do desenvolvimento econômico pelo socialismo. O movimento revolucionário não se detém.

Qual a atitude da classe dominante frente ao movimento revolucionário na luta contra o imperialismo?

Em muitos casos, por temor à revolução popular, a classe dominante prefere apoiar-se no imperialismo, a burguesia se considera menos segura, tem medo do movimento popular porque sabe que ele vai até à revolução proletária. Na América Latina, a revolução cubana acentua esse medo. E é esse medo que determina a atitude da burguesia no Brasil. A burguesia brasileira, quase unanimemente, é composta de homens inteligentes: falam em reformas por que crêem que elas são um antídoto à revolução social. A burguesia brasileira é mais inteligente que a da Argentina, da Colômbia e outros países. Esses homens dizem que vão resolver os problemas com reformas. Pensam oferecer paliativos às massas e, com isso, crêem impedir o caminho para uma revolução como a de Cuba.

Pelo que ouço falar, mesmo a ala mais reacionária do Brasil pensa evitar a revolução social falando em reforma agrária, reforma tributária, etc. Talvez cheguem a fazer concessões inevitáveis para impedir a revolução. A defesa dos seus interesses contra o imperialismo reside na sua preocupação de evitar a revolução social. A sua teoria é bem diferente da prática. Kennedy também usa essa linguagem: a burguesia americana deve sacrificar-se um pouco para não perder tudo. Procuram enganar-se, não se dão conta de que vão perder tudo. Kennedy defende esta teoria: as oligarquias devem sacrificar-se, a re-

volução deve fazer-se sem sangue. No fundo ele tem medo e utiliza esse medo para fazer sua política. Ninguém pode dizer que esse ponto de vista não seja inteligente, embora as contradições sejam inconciliáveis.

A posição da burguesia brasileira se acerca mais da realidade que, por exemplo, a oligarquia do Peru. O programa de reforma agrária, reforma tributária e outras reformas, elevação do nível de vida, combate à inflação, etc, tudo isso está atrasando a revolução. Isso é mais sério que a rivalidade com o imperialismo.

A burguesia, em Cuba, apesar do imperialismo, vivia bem, em grandes palácios, onde hoje vivem os estudantes. O socialismo tirou tudo da burguesia. Portanto, é absurdo pensar que a burguesia possa promover a revolução. A revolução está condicionada a determinados fatores políticos de cada país, à situação econômico-social e nada mais. A burguesia pode adiar a revolução na medida em que for mais ou menos inteligente. A burguesia tem de se convencer de que a mudança social é inevitável. Essa mudança drástica, mais dolorosa para ela na medida em que ceder ou resistir. Não há alternativa entre capitalismo ou socialismo. A burguesia tem a possibilidade de resistir ou de acompanhar a mudança social. A atitude da burguesia varia de acordo com as circunstâncias. A burguesia cubana teve determinada atitude devido à proximidade da ilha com os Estados Unidos. A burguesia agiria de maneira diferente se Cuba estivesse perto da URSS. A sua resistência seria de outro tipo, menos drástica.

A coletivização na URSS, por exemplo, foi diferente da de outros países. A luta maior ali foi contra os "Kulaks".

A atitude da burguesia cuba-

na estava determinada pela fé que tinha na força do imperialismo. Se não fosse essa circunstância ela teria se adaptado.

E' preciso levar a burguesia a essa posição de colaboração quando a revolução sobrevém. O movimento revolucionário não surpreende mais o capitalismo. A experiência de Cuba levou a burguesia a tomar uma atitude beligerante. A América Latina está no âmbito continental do imperialismo. Os mesmos fatores que existiam em Cuba — pobreza, fome, grau de consciência das massas, etc. — existem no Equador, no Peru e outros países em grau dez vezes maior. A revolução da América Latina é de âmbito continental e não está circunscrita ao cenário de uma ilha pequena como a nossa. A burguesia em Cuba não desempenhou nenhum papel no processo revolucionário, não foi ela quem fez a revolução. Isto é importante. Ela havia sido afastada do governo por um golpe militar que representava os interesses de parte da classe dominante. A outra parte foi vítima de um ato de força e empreendeu uma resistência passiva. Quando começou a luta guerrilheira, a burguesia tratou de escamotear a revolução, contando com a imprensa e a influência norte-americana em Cuba. Procurou neutralizar a revolução dizendo que quem a dirigia era a classe média. Isso é falso. A força decisiva de nossa revolução foi o exército rebelde, que contava com 100% dos camponeses e operários agrícolas.

Foi a luta guerrilheira o fator decisivo da revolução. O que preocupa mais a burguesia: a contradição com o imperialismo ou a revolução? A burguesia crê ser possível parar na etapa antifeudal ou antiimperialista? Alguns pensam que podem vencer a

revolução social com golpes de Estado ou com medidas fascistas. Outros sugerem reforma agrária, reforma tributária e outras reformas. Ambas as correntes estão pensando na melhor forma de evitar a revolução social. Mas estão equivocadas e devemos aproveitar essas contradições.

A burguesia é favorável à reforma agrária, porque isso significa desenvolver o mercado interno.

E' também na defesa de seu interesse que a burguesia defende o comércio com a URSS. Mas esse programa — reforma agrária, mercado interno, relações com a URSS, etc. — visa apenas impedir o que houve em Cuba. O mundo se divide cada vez mais nitidamente em dois campos: socialismo e capitalismo. Essa divisão, essa contradição entre os dois sistemas se aprofunda cada dia mais. Devemos analisar bem qual a tática a seguir para aguçer a luta entre os dois sistemas. Hoje as condições são muito mais favoráveis ao socialismo que há vinte anos, quando o socialismo era uma experiência, quando não havia todo o campo socialista que hoje há. Atualmente é mais difícil haver uma guerra imperialista. Antigamente os capitalistas podiam se dar ao luxo de guerrear entre si, mas hoje não podem fazê-lo porque existe o campo socialista. Depois da II Guerra Mundial modificaram-se as fronteiras da Europa. Os próprios círculos governantes norte-americanos estão interessados em fazer desaparecer a distância entre os Estados Unidos e a Europa.

Há uma enorme mudança na correlação das forças e isso mudou totalmente a atitude dos círculos imperialistas. E' muito diferente a situação de hoje em que a URSS e os demais países socialistas representam todo um campo mundial em progresso acelerado.

Acumulação Capitalista e Salários

Benedito Helorz Nascimento

Com o presente artigo pretendemos mostrar a evolução da participação dos salários na composição da Renda Nacional brasileira e, ao mesmo tempo, procuraremos tirar as implicações sócio-políticas cabíveis.

Numa primeira parte vamos expor resumidamente a lei geral da acumulação capitalista de Karl Marx, nos seus pontos essenciais para a compreensão do problema proposto, para, numa segunda parte, tratarmos do caso brasileiro.

I — A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

O capital é composto de duas partes: uma constante, que chamaremos de Capital Constante e outra variável, que será chamada de Capital Variável. O primeiro é formado pelo valor dos meios de produção (matérias-primas, maquinaria, instalações etc.) e o segundo pelo valor da força de trabalho (soma total dos salários de trabalho), aos quais correspondem os meios de produção e a força viva de trabalho, respectivamente.

Segundo Marx, uma parcela de capital aplicada no processo produtivo tenderia a sofrer um processo de acumulação, resultante da apropriação pelo capitalista da mais-valia, gerada pelo capital variável. Para que essa acumulação ocorra, além de existir a apropriação da mais-valia, deve haver mão-de-obra ociosa (“exército de reserva”) de desempregados para ser utilizada quando as condições do ciclo econômico permitirem aos capitalistas aumentar a produção de suas fabricas. Nesse caso toda a pressão de uma procura de mão-de-obra sobre uma oferta que

não chega para satisfazê-la provocaria um aumento de salários, que forçaria uma diminuição da taxa de mais-valia. Então teríamos a acumulação de capital freada ou, na melhor das hipóteses, apenas diminuída, o que naturalmente vai de encontro aos interesses do capitalista.

Em princípio existem dois meios de aumentar a acumulação do capital. O primeiro seria o aumento da jornada de trabalho com o mesmo salário e o segundo melhorar o rendimento do trabalho, através de maior utilização dos meios de produção (capital constante). Esse segundo processo é que vem sendo utilizado com maior frequência. O aumento da jornada de trabalho, além de ser limitado pela duração do dia, o é pela ação do movimento trabalhista, que sempre procurou reduzir o número de horas de trabalho do proletariado.

Essa utilização dos meios de produção resulta num aumento do rendimento do trabalho, que significa um aumento da taxa de mais-valia (desde que os salários permaneçam nos mesmos níveis). Mas também vai resultar num aumento da mão-de-obra disponível, porque a utilização das máquinas no processo produtivo provocaria desemprego tecnológico, contribuindo para aumentar o número de trabalhadores desocupados. Isso permitiria aos capitalistas prolongarem a jornada de trabalho dos seus operários, aumentando dessa forma a taxa de mais valia apropriada. O prolongamento da jornada de trabalho se tornaria possível graças à pressão exercida pelos desocupados, que podem substituir os traba-

lhadores empregados no caso desses não se submeterem às condições a eles impostas.

Daí a conclusão de Marx de que haveria uma tendência do capital variável diminuir, enquanto o constante cresceria na composição do capital total. A diminuição do capital variável seria relativa, pois, a medida em que o capital total crescesse, ele também cresceria em termos absolutos, apesar da sua participação relativa ser cada vez menor.

No caso de grandes capitais Marx considerava possível o aumento da participação relativa ao capital variável sem haver freagem do processo de acumulação, porque, ainda que

haja ganhos pequenos, devido ao tamanho do capital eles constituirão uma mais-valia apropriada suficientemente para permitir a continuação do processo de acumulação de capital. Isto se explica por que uma taxa de lucro muito grande de um capital pequeno pode ser menor que uma taxa pequena de lucro resultante da aplicação de um capital muito grande.

Também no caso em que a esfera de exploração e domínio do capital se estende, a acumulação se fazendo mais extensa em lugar de mais intensa, as condições de acumulação serão mais favoráveis para o trabalhador, que passará a receber maiores salários. Mas, devemos recordar que essa melhoria de padrão de vida não suprime a relação de dependência e de exploração do trabalhador assalariado.

No Brasil, de 1947 a 1959, notamos que a participação dos salários e ordenados (portanto do capital variável) na Renda Nacional aumentou de 9,5% a 39,0% (Ver tabela A)

TABELA A

<i>Especificações</i>	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Salários e Ordenados . . .	29,5	30,8	32,2	32,8	32,0	33,5	33,2
Autônomos	11,8	11,6	11,5	10,4	9,5	9,4	9,1
Profissões Liberais	3,0	2,75	1,56	2,36	2,26	2,4	2,3
Adm. de Empresas	14,3	13,2	12,2	11,0	10,3	10,5	9,8
Empr. industriais	1,8	1,73	1,6	1,6	1,18	1,72	1,6
Lucro	9,4	8,2	8,4	9,0	11,6	9,1	10,5
Juros	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	0,89	0,78
Aluguéis	3,1	3,4	3,56	3,96	3,76	4,1	4,2
Renda da Agricultura . . .	26,4	28,6	28,2	28,8	28,0	28,0	29,0
Renda liq. p/ (ou do) Ext.	0,7	-1,2	-1,0	-1,0	-0,8	-1,24	-1,0
	99,7	100,0	100,1	98,4	99,8	99,4	99,7

1954	1955	1956	1957	1958	1959
33,2	35,6	38,4	38,4	38,4	39,0
8,7	9,0	9,2	9,5	9,4	9,2
2,2	2,2	2,18	2,18	(2,1	()
9,3	9,1	8,9	9,0	11,9) 8,7) 11,2
1,15	1,07	1,1	0,8	(1,1	()
11,5	9,8	8,7	7,5	(9,2	() 14,7
0,71	0,77	0,65	0,99	14,8) 0,9	()
0,4	3,7	3,8	4,1	4,7	(28,8
30,0	30,2	27,4	28,0	26,2	—1,5
-1,0	-1,0	-0,95	-0,66	-1,0	
99,7	100,3	99,4	99,7	99,7	99,4

II - CONDIÇÕES BRASILEIRAS

Se fizermos uma análise mais profunda verificaremos que esse fenômeno reflete um processo de "assalariamento" das outras categorias de rendimento, como podemos verificar na tabela A, onde vemos que, ao mesmo tempo em que os salários e ordenados cresciam de 8,9% entre 1947 e 1958, a Remuneração nos Autônomos, Profissionais Liberais, da Administração de Empresas e Empresas Individuais diminuiu numa ordem de 9,6%. Essa alteração na estrutura da repartição da renda decorre do processo de acumulação de capital, que se faz de uma forma mais acelerada através da concentração econômica e tende a se tornar cada vez mais intensa em nosso país.

Notamos que no mesmo período houve uma diminuição

de 0,2% nos lucros. Convém notar que essa diminuição é pequena em relação às alterações em outras categorias de renda, como é, por exemplo, o caso de Profissões Liberais (diminuição de 0,9%), Administração de Empresas (diminuição de 5,6%). Assim, essa diminuição da participação dos lucros na Renda Nacional pode ser devida ao fato dos capitalistas estarem lançando despesas pessoais como despesas da empresa. Também no que se refere à categoria Administração de Empresas (a qual compreende o dinheiro que os sócios de empresas retiram como remuneração de seu trabalho de direção da empresa) a diminuição pode estar ocorrendo: primeiro, pelo aumento de número de administradores assalariados; segundo, pelo fato dos capitalistas passarem a fazer "retiradas" em vez de receberem "lu-

cro". Tanto as "retiradas" quanto o lançamento de despesas pessoais na conta de despesas da empresa são usadas porque isso permite diminuir o imposto sobre a renda (que não incide sobre eles). Aqui convém notar que a retirada tem um limite legal, o que forçou o uso da segunda modalidade de evasão ao imposto.

Reforçando esse ingresso de novos contingentes para a categoria dos assalariados devemos notar que também é de grande importância a passagem de indivíduos de uma agricultura que é quase de subsistência para a zona urbana ou para zonas agrícolas que produzem para o mercado. Esse fenômeno ocorre graças à migração rural-urbana e à migração inter-regional (Nordeste-Sul), além de ser também um produto da expansão da área de economia capitalista do país.

Existem outros fatores que influem no sentido de forçar um aumento da participação dos salários na composição da Renda Nacional brasileira e do capital nacional empregado. Um primeiro fator poderia ser o desenvolvimento de todo um setor de serviços (1), não previsto por Marx. Esse setor absorve força de trabalho liberada pela agricultura e indústria (quando ocorre desemprego tecnológico ou cíclico).

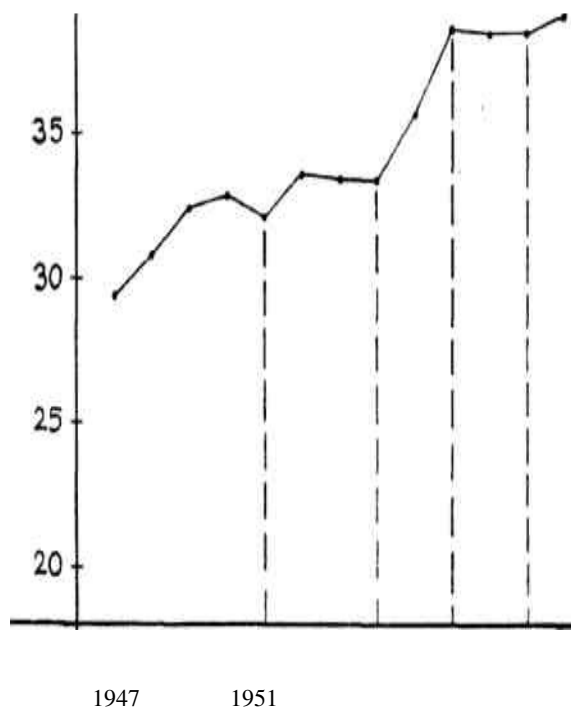
No Brasil esse setor tem uma grande importância e representa uma parcela importante do Produto Interno Líquido ao custo dos fatores e, de 1956 a 1958, apresentou tendências de crescimento, essa parcela cresceu, tendo sua participação no Produto Interno Líquido passado de 48,8% a 49,4%. (2) Em termos de força de trabalho esse setor representava em 1940 20% da população economicamente ativa, passando a ser em 1950 de 23%, porcentagem que foi mantida em 1958. (3)

indústria, de operários semi-especializados e especializados. Isto tem por consequência uma elevação dos

salários desses profissionais, de maneira a criar uma verdadeira "aristocracia proletária", a qual inclusive vai ameaçar a posição social daqueles que compõem uma classe média assalariada que surgiu em decorrência daquele processo de salarização descrito acima e pela passagem de filhos de operários para o exercício de trabalhos não-manuais, indo constituir uma classe de pequenos funcionários burocratas, freqüentemente com salários inferiores aos daqueles operários especializados.

É importante notar que esses pequenos funcionários e burocratas formam uma classe intermediária entre os trabalhadores e os proprietários independentes podendo, conforme o grau de consciência de sua posição na sociedade tender a fazer alianças com uma classe ou outra. Se, por um lado essa redução de salários joga essa classe intermediária para uma aproximação das condições do proletariado, por ou-

o/o DOS SALÁRIOS NA R.N.



Alem disso devemos notar que existe escassez de mão-de-obra convenientemente adestrada para a

1954 1958
1956
tro a consciência de ter a sua posição na sociedade ameaçada pode fazer com que seus membros reajam desfavoravelmente a uma união com o proletariado, preferindo uma aliança com a burguesia. Isso poderia acontecer porque essa classe combina a preocupação de uma remuneração elevada com considerações de prestígio, segurança etc. Esse novo assalariado é ao mesmo tempo explorado e reivindicativo e um pequeno burguês respeitável e conformista. Daí o caráter de classe tampão que o caracteriza.

Outros fatores cuja importância é preciso ressaltar são constituídos pelos movimentos de reivindicação salarial, a organização sindical e as leis de salário mínimo que contribuem para forçar uma maior participação dos salários na Renda Nacional. No que diz respeito aos salários mínimos, devemos

observar que os aumentos da participação dos salários na Renda Nacional ocorridos de 1951 a 1959 surgiram sempre no ano seguinte ao da decretação das leis de salário mínimo. Só em 1954 é que essa participação não aumentou, como podemos ver no gráfico abaixo, (gráfico 1)

Concluindo, podemos dizer que esse fenômeno, que R. Aron chama de "salarização", vem realmente ocorrendo em nossa sociedade. Isso naturalmente levaria a uma confirmação parcial da tese marxista, pois, estamos observando uma tendência à concentração do capital através da continua eliminação dos trabalhadores independentes e dos pequenos camponeses. Essa eliminação conduz necessariamente a um aumento da expropriação do trabalhador.

-
- (1) Por serviços entendemos a parte da Renda Nacional brasileira referente a Transportes e Comunicações, Comércio, Intermediários Financeiros, Alugueis, Serviços e Governo - cf. "Revista Brasileira de Economia" março de 1960 - pág. 36),
 - (2) Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil — CNE — 1960 — pág. 51
 - (3) Idem, 1958, pág. 67

Para Onde Vai o Proletariado Brasileiro ?

"Estimular o debate ideológicos (...) para superar as opiniões contraditórias e cimentar a verdadeira unidade do movimento comunista". Assim apresenta Marcos Perí as razões que o levaram a publicar *Perspectiva da Revolução Brasileira*, obra que tem o sugestivo substituto de "Para Onde Vai o Proletariado Brasileiro? Reforma ou Revolução?" E o livro bem merece que se atenda a esse apelo. Trata-se de uma análise crítica, feita do ponto de vista marxista-leninista, da ação prática e dos fundamentos teóricos do Partido Comunista, realizada a partir de um estudo cuidadoso da realidade brasileira e mundial, documentada com numerosos gráficos e dados estatísticos.

(1) Edições
Autores
Reunidos,

Mesmo aqueles que — como nós — não concordam com todas as conclusões da obra e mantêm reservas em relação a certos aspectos dela não podem deixar de reconhecer seus méritos. O primeiro desses méritos é justamente o espírito crítico e a franqueza com que o autor analisa a linha oficial do PC, agindo como comunista e encaminhando um debate que somente poderia ser benéfico para o Partido.

Utilizando o material teórico mais "ortodoxo" possível e confrontando-o com os ensinamentos de Lênin e a ação prática do PC, o autor mostra que: a) as formulações teóricas que atualmente norteiam o movimento comunista são in-

consistentes e mesmo claramente reformistas; b) que "a grande falha do movimento operário no Brasil vem sendo a ausência total de elaboração teórica, de aplicação concreta do método marxista à análise do processo econômico-social brasileiro" (pag. 11); c) que freqüentemente há discordância entre a teoria e prática comunista. Procurando caracterizar o "atual período de crise geral do capitalismo, nos seus aspectos econômicos e políticos e nos seus reflexos ideológicos sobre o movimento comunista mundial" (pag. 17), o autor analisa a situação internacional e, a partir desta, a situação nacional. No decorrer da análise refuta a tese oficial de

1962.

que o capitalismo imperialista atravessa um período de crise geral e aponta as implicações dessa posição e seus efeitos desorientadores sobre o movimento comunista. O autor procura mostrar que, na realidade, o capitalismo imperialista atravessa uma fase de expansão. Isto significa que, apesar de já se manifestarem de maneira clara os germes de uma nova crise, esta ainda não existe; qualquer análise que teria em ver na situação atual uma "crise geral" desorienta a ação prática e — isto acrescentamos nós — leva à indiferença passiva diante da grande alternativa que se apresenta nos períodos de crise real no sistema: a ação revolucionária do proletariado *ou petrificação do poder burguês através de uma ditadura de direita*, como ocorreu na Alemanha e na Itália na década de 30. É claro que confiar na derrocada iminente do sistema é reformismo puro e simples, e o autor identifica esse reformismo tanto em formulações teóricas quanto na ação prática do PC.

No estudo da política comunista no plano internacional Peri aponta algumas limitações cruciais e que merecem um debate sério. Entre elas ressaltam a confusão, que aponta, entre imperialismo capitalista e colonialismo e a atribuição de "preponderância às contradições nacionais sobre as contradições de classe" (pág. 50). Destaca desta forma os dois erros teóricos que estão na base

da tática de "frente única com a burguesia nacional", que tão bem conhecemos no Brasil. Ao tratar desta questão no plano internacional não hesita em apontar um fator de grande importância, ao mostrar que a ajuda soviética às nações "neutras" se deve fundamentalmente a que "dirigentes do PCUS e do governo soviético atuam, cada vez mais, em função dos interesses de Estado da URSS, como grande potência que se tornou" (pag. 78). Eis aí um problema importante: gostaríamos de saber o que pensam a respeito os defensores oficiais do PC.

Partindo da análise da situação internacional o autor demonstra, para o caso brasileiro, o caráter falho da política de "frente única", fazendo ver que esse "apoio à burguesia nacional na luta contra o imperialismo" não tem sentido revolucionário, porque: a) leva a uma ação que, implicitamente,

supõe que a burguesia ainda luta pela superação do sistema econômico social que o antecedeu, quando na realidade ela já tomou o poder e só pode fortalecer sua posição; b) supõe um antagonismo entre "burguesia nacional" e imperialismo, quando na realidade aquela é sócia menor deste; c) esquece que "a partir do momento em que a burguesia está em condições de disputar o poder, *não há nada a priori que impeça o proletariado de fazê-lo também*" (pag. 127 — o grifo é nosso) e que, portanto, levar o proletariado a apoiar o desenvolvimento da burguesia nacional só pode fortalecer esta e enfraquecer

aquele, através da infiltração da ideologia burguesa (como o populismo) no seu seio. "Evidentemente não é por falta de operários que a revolução ainda não se fez na Inglaterra, na França, nos EUA, na Alemanha e no Japão", diz Peri.

Sem entrar ainda no debate das questões acima expostas — que não esgotam o conteúdo livro — mesmo porque o principal atingido é o PC, de quem se tem o direito de esperar respostas claras e objetivas a estas críticas, vamos finalizar apontando algumas limitações do plano geral da obra.

Peri não consegue escapar a algumas falhas que com razão crítica nas formulações do PC, principalmente quanto à elaboração teórica, que apresenta deficiências: na imprecisão no uso de termos (como "feudalismo"); no uso abusivo do termo "dialética"; em manifestações de uma concepção excessivamente rígida do determinismo histórico. Diga-se de passagem que isto dificilmente poderia ser evitado, dado que, para encaminhar o debate de uma posição firme, o autor adotou as formulações teóricas mais "ortodoxas" possíveis, que informam a própria linha política criticada. Acresce que o autor, de formação comunista ortodoxa é próprio, revela não raro uma rigidez na análise que lembra o stalinismo.

Reforma Universitária

Questão Política

O primeiro mérito da publicação do livro de Álvaro Vieira Pinto, "A questão da universidade", é o de representar oficialmente o lançamento da Editora Universitária da União Nacional dos Estudantes, da qual se tem o direito de esperar muito. Porém, os próprios méritos que o livro de apresentação da Editora vai acumulando através de suas páginas, são suficientes para apresentá-lo por si só como fenômeno fundamental para o movimento estudantil.

A partir de um método de análise global, que relaciona a Universidade com toda a estrutura da sociedade que a comporta, e com cada um de seus fatores sociais, o autor consegue assegurar para seu trabalho uma vinculação direta com todos os fenômenos de transformação social de nosso país. Essa vinculação coloca o seu trabalho como o primeiro estudo sistemático da Reforma Universitária, sob o enfoque que lhe dá a UNE.

Como primeira caracterização da Universidade o autor a relaciona com as classes sociais no todo da sociedade, para daí deduzir-lhes a atuação dentro dos limites da Universidade. Constatando a correlação dialética através da qual toda a superestrutura da sociedade subordina-se ao domínio da classe que detêm os meios de produção dessa estrutura social, o autor infere que "a Universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país" (pág. 23). Passa então a alinhar as vinculações diretas da estrutura da Universidade com os privilégios no campo social: cabe à Universidade a produção dos próprios esquemas intelectuais de dominação; o enquadramento do estudante dentro dos esquemas culturais vigentes; a formação de representantes políticos da classe dominante, etc. Esses fatores, somados à composição de

classe dos universitários, revelam uma estreita correlação ligando a estrutura universitária aos privilégios de classe da sociedade global.

Baseado nisso, surge aquela que nos parece ser a tese básica da obra de Álvaro Vieira Pinto: na medida em que as deficiências fundamentais da Universidade decorrem de falhas provenientes do mecanismo social que a sustém, a Reforma Universitária não pode ser isolada dessa estrutura social. As reformas que urgem realizar não podem ser restringidas ao âmbito da Universidade, formulando-se apenas uma reforma pedagógica para o nosso ensino superior. Uma reforma baseada no alheamento do contexto social em que se coloca a Universidade, desconhecendo a própria realidade da qual ela é fruto. Portanto, "a reforma da Universidade não é tarefa de natureza jurídica, institucional, e muito menos pedagógica, e sim consiste na transformação da sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade brasileira em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. Esta tese tem por corolário outra, imediata: a reforma da Universidade do país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo das pressões imperialistas que o entravam, e criar com plena liberdade a sua cultura própria, não tem primordialmente finalidade pedagógica mas visa antes de tudo a uma *finalidade política*". (16 -17)

Como conseqüência dessa tese central, que amplia o âmbito da RU para o campo social e a coloca como uma das reformas fundamentais para a renovação da estrutura, enquanto represente uma democratização do ensino, o autor

caracteriza a formulação atual ' da Universidade como diretamente compromissada com todas as forças retrógradas do país. Portanto, a Universidade está alienada não só dos problemas fundamentais da grande maioria do povo, como também das camadas populares que têm condições de superá-las. Assim, a cultura que essa Universidade tem possibilidade para produzir, necessariamente está alheia da autêntica cultura popular, que se forja longe dos ambientes requintados dos doutoramentos e livres docências formais. "Ninguém tenha dúvida, o destino, a fôrma futura da Universidade brasileira está sendo decidida neste momento muito mais num comício de camponeses no Nordeste, do que nas salas de reunião dos Conselho de Educação" (13).

Desta forma, conclui o autor que, pela Universidade do país subdesenvolvido ser infensa à cultura popular, pela composição de classe dos que nela trabalham, e como consequência disso suas expressões serem falsas e artificiais, "a Universidade do país subdesenvolvido é necessariamente inculta" (59). "Supor que no presente estado da realidade brasileira a Universidade consiga criar a nossa legítima cultura, acreditar que esta pudesse originar-se de cima para baixo, o que é historicamente inédito" (59).

Após a caracterização inicial das transmutações diretas do quadro social para o plano da Universidade, e da conclusão do compromisso intrínseco da estrutura universitária com as classes dominantes, o autor procura analisar em seguida o papel das outras classes sociais no âmbito da Universidade. A representação proletária nas Universidades é praticamente inexistente. Ela só se faz esporadicamente, devido à falta de

condições materiais dessas camadas da população. Desta fôrma, essa representação quase nula das classes mais baixas não lhes permite uma atuação ainda que apenas ligeiramente eficaz.

Resta, pois, à classe média, que comparece em grau bastante grande à Universidade brasileira, um papel polarizador. Da mesma fôrma que no plano social, onde a classe média não possui uma perspectiva própria, e vacila, nos diversos momentos históricos, entre os projetos burgueses e proletários, também no setor universitário seu papel é desempenhado dúbiamente. A estrutura universitária, em suas peculiaridades, condiciona os representantes da classe média a comportarem-se diversamente, conforme o papel que desempenham na estrutura universitária. Assim, na medida em que o corpo docente está comprometido com a formulação atual da Universidade, a grande maioria dos membros da classe média que o compõem comportam-se de fôrma concorde com essa formulação. Por outro lado, considerando-se que o comportamento do corpo docente, pelo descompromisso que tem condições de apresentar, surge como potencialmente progressista, é exatamente a camada da classe média entre os estudantes, que vai ter papel decisivo nas vanguardas universitárias. A proletarização crescente, que credencia a classe média com características latentemente revolucionárias, vai influir diretamente como fator objetivo no engajamento definitivo de vastas camadas dessa classe na luta pela RU.

Coerente com o enquadramento social que procura dar à RU, afirma o autor: "Para nós, a pergunta inicial justa consiste em indagar *"para quem?"* é preciso fazer a Reforma da Universidade. Só de-

pois dela respondida, adquire sentido passar à pergunta imediata: *"que Universidade"* se deve instituir. Por fim, no terceiro momento tem cabimento indagar *"como organizá-la"*. Eis aí delineada a marcha da nossa reflexão teórica sobre o assunto" (111). Conforme sua análise da participação das classes sociais nas transformações sociais em geral e na democratização da Universidade em particular, resta à representação das classes médias e dos esparsos representantes da massa proletária, a tarefa de encampar essas lutas. Condenando a atual estrutura universitária como alienada dos reais problemas que se apresentam às camadas populares em ascensão, AVP caracteriza o novo projeto da Universidade como o da Universidade dos analfabetos de hoje. Às camadas da massa descomprometidas com a base da estrutura social, e com suas implicações em todos os campos, cabe ocupar o centro da nova Universidade. Porque são os operários, os camponeses, a pequena burguesia e a intelectualidade comprometida com as transformações sociais radicais, que constroem a autêntica cultura popular, vinculada estreitamente com o processo histórico.

Em seguida, o autor apresenta algumas sugestões de perspectivas práticas imediatas, que giram em torno da elaboração pelos estudantes, através da UNE, de um projeto próprio de reforma. Deveriam os estudantes, a seguir, constituir-se em grupo político de pressão que forçasse a aprovação de, ao menos, alguns itens de seu projeto. Dessa fôrma, o projeto professoral que inevitavelmente será aprovado pelo Congresso, "servindo mal aos interesses da classe dirigente, pelos enxertos de origem estudantil, afrouxará o

seu poder de repressão política e ideológica sobre as massas dos alunos" (153-154). Compete, ainda, aos estudantes, servir de entrelaçamento entre as reivindicações de reformas básicas das outras camadas sociais progressistas, forjando a compreensão de que elas todas concretizam-se na Aliança Operário-Estudantil-Camponesa.

Finalmente, o prof. Álvaro Vieira Pinto apresenta algumas medidas práticas para a reforma. As fundamentais seriam: o co-governo, a supressão do vestibular ("substituído pela verificação do mérito do estudante depois de lhe haver sido dada a qualidade de estudante, — e as condições materiais para estudar, — 158), e a supressão da vitaliciedade cátedra.

Apesar do esforço de compreensão geral das conotações que a RU apresenta com o global das transformações sociais latentes no presente momento histórico, o autor, ainda assim coloca dubiamente o problema das possibilidades de efetivação dessa reforma dentro da atual estrutura. Se, por um lado, êle reafirma a posição de que a RU deve ser colocada ao lado da Reforma Agrária, da Reforma Urbana e de todas as reivindicações das camadas revolucionárias, e conseqüentemente enquadrando-a no âmbito da Revolução Brasileira, por outro, coloca confusamente o problema no que se refere à ação das classes sociais propriamente ditas. Isto é, enquanto a estrutura mesma do regime moldar-se em bases capitalistas, essa própria estrutura impossibilitará as reformas citadas, na perspectiva das classes revolucionárias. Assim, considerando-se que a democratização do ensino pôde ser um solapador vital das bases

do regime, as classes dominantes não tem condições de realizá-la, sob pena de estarem pondo em risco sua sobrevivência próxima. Portanto, enquanto classe no poder, a burguesia impõe uma particularização do saber. Vejamos dois trechos de "A questão da universidade", onde o problema não é formulado nesses termos: "deve a Universidade continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante; ou deve se organizar em função das classes trabalhadoras, ainda não dominantes, mas em inevitável ascensão?" (114). "O objetivo verdadeiro da Reforma Universitária tem de ser a alteração das relações externas da Universidade, desligando-a da vassalagem à classe dominante e pondo-a completamente a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora" (150).

As citações deixam entrever que o autor acredita na possibilidade de transformação da Universidade, "desligando-a da vassalagem da classe dominante", e tornando-a um instrumento em prol da ascensão das massas trabalhadoras. Evidentemente, a Universidade não "deve continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante." Porém, enquanto essa classe conservar consigo as diretrizes econômicas e políticas do regime, a Universidade, em decorrência disso, continuará a subordinar-se a essa classe. A Universidade não é fator constante do quadro social por qualquer eventualidade. Ela é fechada às camadas populares, exatamente, porque faz parte da totalidade do contexto socioeconômico que a gera. Como expressão da superestrutura de um regime, a Universidade é condicionada, em suas alterações de essência, a modificações na infra-estrutura do regime. Isoladamente, dentro de suas peculiaridades, a Uni-

versidade tem condições de reformar-se em aspectos periféricos, enquanto a base estrutural da sociedade permanecer inalterada. É desta fôrma que a RU liga-se objetivamente às demais reivindicações das camadas revolucionárias, no caminho da Revolução Brasileira.

A luta reivindicatória imediata, como fator de mobilização e conscientização, e como pressão para o atendimento de algumas medidas parciais, não deve excluir a perspectiva a longo prazo, que choca a RU com o privatismo do ensino, peculiar à estrutura vigente. Como expressão direta que é do regime de privilégios que a sistem, a Universidade espelha fielmente, em sua essência, essa vinculação com as classes dominantes. Dessa compreensão global, surge a assertiva: "Reforma Universitária: questão política."

Critica do Cinema

Critico

O incremento da indústria cinematográfica brasileira nos últimos anos tem sua razão básica fundamentada em uma dupla descoberta: baixo custo de produção mais a análise, nem sempre correta, da realidade nacional.

Consegue-se atualmente no Brasil rodar-se um filme de duração normal — 90 minutos por pouco mais de Cr\$ 7.000.000,00 em média, lançando-se mão de recursos e material humano desconhecido dos mercados inflacionados dos centros mais desenvolvidos tecnicamente. Ressalte-se, contudo, que dentro do baixo custo de produção não somente o passar fome cotidiano de técnicos, e artistas é o fundamental.

Apesar de limitados pela exigüidade do orçamento e a necessidade de exprimir seus pontos de vista, muitas vezes em choque com o dos produtores, os nossos homens de cinema revelam uma capacidade de improvisação que, por vezes, chega a se confundir com um verdadeiro heroísmo. Mas aqueles fatores adversos — aos quais podemos acrescentar também as dificuldades de distribuição — apresentando-se como um constante desafio para esse heroísmo, fazem com que um número cada vez maior de homens de cinema abandone quase que definitivamente essa espécie tão pouco lucrativa de empreendimento.

A cada dia, porém, novas produções aparecem em nossas telas. Novos e bons filmes são lançados a um mercado desconfiado de espectadores.

Como explicar esse milagre?

Por um lado, a necessidade de exprimir aquilo que julgam ser a realidade de nossos dias levou alguns jovens por vezes muito bem intencionados a se colocarem apaixonadamente por trás das câmeras perdendo tempo, dinheiro e ânimo. Apoiados na experiência de Humberto Mauro — que, aliás, nem todos conhecem — e de mais alguns cineastas pioneiros do passado que já vão se tornando clássicos do cinema nacional e, além disso, buscando contínua inspiração e ensinamentos nas exibições e palestras de nossos cine-clubes e das cinematecas e na bibliografia fornecida por dois ou três críticos cinematográficos que realmente merecem esse título, esses jovens, principalmente no Rio e na Bahia, dedicaram todo o seu tempo ao esforço de filmar em brasileiro.

"A Grande Feira", "Mandacaru Vermelho", "Assalto ao Trem Pagador", "Barravento", "O Pagador de Promessas", "Três Cabras de Lampeão", "Os Cafajestes", "Cinco Vezes Favela" e outros são algumas das produções que se apresentaram até agora como resultado do esforço empreendido por eles. Tão reduzido número e tão variada temática mostra claramente que é difícil por enquanto fazer uma análise global desse movimento que apenas se esboça e que foi batizado com o nome de "cinema novo".

Todos os integrantes desse grupo, porém, apresentam um traço comum: uma preocupação predominante e fundamental em tratar realisticamente os problemas sociais que afligem o nosso povo. Poderíamos dizer que o cinema brasileiro começa a sofrer uma transformação análoga à que se verificou com o teatro depois atod-de "Eles Não Usam Black-Tie" e os seminários de dramaturgia do Teatro de Arena de São Paulo. Resta saber se os trabalhos realizados até agora conseguem satisfazer plenamente e se permanecem coerentes tanto com as intenções subjetivas de seus realizadores,

quanto com as exigências históricas objetivas do atual momento da crise brasileira. Se, por um lado, toda e qualquer produção feita no Brasil é útil na medida em que serve para a formação técnica e o desenvolvimento da indústria, por outro é pura fantasia imaginar que a temática do "cinema novo" corresponde, como veículo de divulgação cultural, às referidas exigências históricas do presente momento.

Já deixou de ser fundamentalmente importante clamar aos quatro quantos as mazelas que o subdesenvolvimento econômico, político e social acarreta à quase totalidade do povo brasileiro. O próprio Sr. Kennedy se encarrega atualmente, em suas manifestações públicas, em apontar as aberrações resultantes do subdesenvolvimento. O atual estado de coisas é do conhecimento geral e a necessidade de transformá-lo é um ponto pacífico. O que é preciso, daqui por diante, é indicar ao povo os caminhos capazes de conduzir a essa transformação.

Não basta para o "cinema novo" adotar simplesmente uma posição crítica, com apoio nas experiências vividas pelo cinema de outros países e que consiste em somente *apresentar* as mazelas de um regime condenado historicamente ao desaparecimento. O importante não é apenas incitar favelados a entrar em greve para acabar com a pedreira que destrói seus barracos ("Pedreira", "Cinco Vezes Favela"), mas sim fazer com que eles compreendam que somente quando forem capazes de acabar com todas as favelas existentes no Brasil é que seus problemas começarão a ser resolvidos.

Muito tempo já foi perdido, enquanto que muitos já descobriram que o cinema é o veículo ideal para difundir palavras de ordem, como o prova suficientemente o canubio Jean Mazon — IPÊS. E' preciso não fazer concessões de caráter ideológico e não temer as dificuldades que naturalmente apresentar-se-ão. Elas existem em grande quantidade, mas podem e devem ser transpostas.

Exemplos existem e precisam ser adaptados e imitados. Nossos jovens criadores já demonstraram sua excelente capacidade. E' preciso, porém, que eles dêem um passo adiante abandonando os temas de pura crítica social que há muito já deixou de corresponder as nossas necessidades.

T. de S. J.